

## **II Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco**

[Projeto de Resolução n.º 1965/XIII/4.<sup>a</sup> (CDS-PP, PSD, PS e BE)]

### **Reunião n.º 22**

(Sem revisão final)

16 de maio de 2019

(9h43 – 12h20)

**Ordem do dia:** Audição do Sr. Joaquim Barroca

**Presidente da Comissão:** Luís Leite Ramos

**Deputados oradores:**

Cecília Meireles (CDS-PP)

Duarte Alves (PCP)

Inês Domingos (PSD)

Constança Urbano de Sousa (PS)

Mariana Mortágua (BE)

Conceição Bessa Ruão (PSD)

Liliana Silva (PSD)

O Sr. **Presidente** (Luís Leite Ramos): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos dar início a esta audição.

*Eram 9 horas e 43 minutos.*

Agradeço ao Dr. Joaquim Barroca, que vem acompanhado pelo Dr. Castanheira Neves e pela Dr.<sup>a</sup> Helena Lages, a presença nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Relembro que o objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito é, entre outros, o apuramento das práticas de gestão de crédito e de outras modalidades de financiamento da Caixa Geral de Depósitos desde o ano de 2000, a apreciação da atuação dos seus órgãos societários, incluindo os de administração, de fiscalização e de auditoria, dos diretores, dos auditores externos, dos Governos, bem como dos supervisores financeiros.

Lembro ainda que, à luz do regime jurídico, as comissões parlamentares de inquérito têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e são um instrumento qualificado de controlo parlamentar, de recolha de informação e de esclarecimento de factos, através das quais o Parlamento exerce as suas funções gerais de fiscalização e de controlo do Governo e da Administração Pública, em defesa do cumprimento da Constituição e das leis.

Ainda segundo o regime jurídico aplicável e o Regulamento desta Comissão, a Comissão pode convocar qualquer cidadão para depor sobre factos relativos ao inquérito e a forma de depoimento rege-se pelas normas aplicáveis do Código de Processo Penal sobre prova testemunhal.

O depoimento e a inquirição seguirão a grelha de tempos habitual: uma primeira ronda de 5 minutos a cada grupo parlamentar com pergunta e resposta, uma segunda ronda nos mesmos moldes e uma terceira ronda com perguntas de 2 minutos de cada Sr.<sup>a</sup> ou Sr. Deputado, se assim o entender.

O depoente tem a possibilidade de fazer uma declaração inicial até 15 minutos, mas já me transmitiu que não usará essa prerrogativa, portanto não fará uma intervenção inicial.

A audição será pública, no entanto, se houver perguntas que exijam alguma informação sob reserva, podemos considerar a realização de uma ronda final não pública para esse efeito, desde que devidamente justificada e fundamentada, porque o nosso entendimento é o de que a exigência de transparência e a prevalência do interesse público não podem prejudicar os objetivos e os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Acresce, neste caso, que, estando a decorrer um processo, o Dr. Joaquim Barroca manifestou que haverá matéria, porventura, que estará em segredo de justiça e, a cada momento e se assim se justificar, essa questão será evocada pelo depoente.

Não tendo mais questões, vamos avançar de imediato para a intervenção do primeiro grupo parlamentar, que é o CDS.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria cumprimentar o Dr. Joaquim Barroca, o Dr. Castanheira Neves e a Dr.<sup>a</sup> Helena Lages.

Estamos numa Comissão de Inquérito à gestão da Caixa, portanto as minhas perguntas têm diretamente a ver com a sua relação e a relação comercial das suas empresas com a Caixa. E começo exatamente por aí.

Temos acesso a dois créditos que resultaram em registos de imparidades, mas gostava de perceber quando é que a sua relação comercial e a relação comercial do grupo de empresas que representa com a Caixa Geral de Depósitos começou. Foi com a aquisição da Construtora Abrantina e com a reestruturação da sua dívida ou é anterior?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Bom dia a todos.

Informo que não sou doutor.

Respondendo objetivamente à sua pergunta, a nossa relação com a Caixa Geral de Depósitos deve reportar-se aos anos 70, portanto numa fase ainda antes do nosso envolvimento no grupo, feita por António Vieira Rodrigues, meu pai. Portanto, a relação com a Caixa tem muitos, mas muitos, muitos anos.

Desculpe, depois perguntou-me...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Foi exatamente isso que lhe perguntei: como é que tinha começado a relação comercial, se tinha sido com a aquisição da Construtora Abrantina ou se era anterior. Já me respondeu que foi anterior.

O que gostava de entender é o seguinte: neste pedido de crédito que fez à Caixa para a reestruturação do passivo da Construtora Abrantina, da documentação que nos foi disponibilizada, não consegui perceber — e isso é visível também nos pareceres do risco — como é que estava planeado o pagamento desta dívida.

Consegue explicar-nos porque é que achou que a aquisição da Construtora Abrantina era um bom negócio e como se planeava pagar este passivo de 80 milhões de euros?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Com certeza. Primeiro, deixe que lhe diga que o valor referente à Caixa Geral de Depósitos não é de 80 milhões. Penso que é de 44 milhões.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eram 80 milhões!

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Se estivermos no tema Caixa, são 44 milhões.

Depois, tudo isto tinha uma estratégia. Se andarmos para trás no tempo, havia um plano de investimentos públicos previstos que exigiam que as empresas de construção tivessem de ter um conjunto de alvarás, alvarás esses de nível 9, para poderem concorrer àquelas que eram obras em alta, as obras de grandes investimentos públicos.

Ora, a Lena construções, a *holding* do grupo da área de engenharia, não tinha esses alvarás de nível 9 e precisávamos de encontrar empresas que respondessem a esse requisito, ou seja, que tivessem alvarás de nível 9 por uma questão de complementaridade, para acrescentarem mais valor, para daí tirar as respetivas sinergias e podermos estar preparados, à semelhança de outras empresas portuguesas e de construção, para esses grandes concursos que se anunciavam. É a razão pela qual abordámos a Abrantina, porque sabíamos que era uma das empresas que, na altura, estava à venda.

Respondendo — se é que ainda não respondi a tudo — à sua questão, quando dizíamos que, pela sinergia que trazia, pela complementaridade de alvarás e pelo posicionamento que permitiria à Lena Engenharia e Construções candidatar-se em ACE (agrupamentos complementares de empresas), em agrupamentos, em qualquer coisa que fosse a esses grandes projetos, obviamente que daí resultaria, enfim, um envolvimento, uma formalização de contratos, um trabalhar para resultados e, daí, obviamente, pagar a dívida.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Quais eram estes grandes investimentos públicos a que estava a pensar candidatar-se?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Estes investimentos públicos são conhecidos de toda a gente. Era a recuperação dos portos marítimos, era o TGV, era o aeroporto, eram as concessões... Era tudo aquilo que, na altura, se anunciava como grandes investimentos de infraestruturas, obviamente enquadrando-se naquele que é o setor da engenharia e construção civil.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Portanto, o interesse na aquisição da Abrantina e a maneira como esperava pagar a dívida desta empresa tem a ver com obras a que haveriam de concorrer e não propriamente com créditos que ela tivesse.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Desculpe?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — A maneira como planeava pagar à Caixa Geral de Depósitos tem a ver com obras a que haveriam de concorrer e não propriamente com créditos que a empresa Abrantina tivesse, ou com negócios que a empresa Abrantina já tivesse.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Bom, se me permite, andava um bocadinho atrás e enquadrava o tema «créditos».

Quando comprámos a Abrantina, esses créditos eram créditos que o anterior acionista já tinha. Esses créditos, na Caixa Geral de Depósitos, já estavam armazenados como imparidades e já eram reconhecidos como inquebráveis. Eram créditos mortos. Eram créditos mortos! Quando o Grupo Lena adquiriu a Abrantina, esses créditos transformaram-se no acionista Always Special em créditos vivos.

Portanto, se algum dia o Lena, por via da Always Special, pagasse à Caixa esses créditos mortos que se converteram em créditos vivos, seriam para a Caixa receitas extraordinárias, porque eles, no ambiente anterior e no

anterior acionista, já estavam como inquebráveis, já estavam como créditos mortos. A Caixa, quando adquirimos a Abrantina, já tinha essa herança, já tinha essa expectativa nula de recebimento desses mesmos valores e, por isso, não foi difícil a Caixa apadrinhar este negócio. Já alguém da Caixa esteve nesta vossa, enfim, neste ambiente e disse que era favorável ao financiamento. Porquê? Porque ela estava a sair de um cenário em que dificilmente receberia esse valor, já o dava como perdido, e estava a passar essa responsabilidade para o novo acionista do Grupo Lena, por via da Always Special, criando aí, sim, uma grande expectativa. E era também esse o nosso compromisso, o de fazer com que a Caixa recuperasse esse mesmo valor.

Portanto, o Lena, através da Always Special, nunca abordou ninguém para negociar com a Caixa diretamente. Herdou isso da negociação com a Abrantina.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vamos começar pelo princípio: estamos em maio de 2007. Nessa altura, abordou a Caixa no contexto da aquisição da Abrantina, para uma reestruturação do passivo dessa empresa Abrantina. É assim?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Calma. Não fui eu que abordei a Caixa.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Exatamente. Então, vamos começar por aí. Quem é que, no Grupo Lena, falou com a Caixa e com quem?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Aquilo que lhe diria é que eu, no Grupo Lena, nunca tive responsabilidades na área financeira. É verdade que, na matéria da estratégia, como já expliquei, para efeitos da aquisição da

Abrantina no contexto da complementaridade, no contexto do reposicionamento no sentido de nos posicionarmos em condição de abordar as oportunidades que se anunciavam, aí sim, tive, porque estava na estratégia. Na matéria da área financeira, estava o CFO (*chief financial officer*) do Grupo e estava o Presidente do Grupo.

Em relação a todas as abordagens feitas à Caixa ou à banca em geral, nunca fui eu que fiz. Posso dizer-lhe que nunca entrei na Caixa. Posso dizer-lhe que nem sei onde é a entrada principal da Caixa. Portanto, nessa matéria não fui eu, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Nunca falou com nenhum administrador da Caixa?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Nesse contexto, ou noutro contexto profissional e na matéria financeira, não.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas que outra matéria haveria? A não ser pessoal, mas isso já não me diz respeito.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Naturalmente.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vamos por partes. A documentação interna a que temos acesso fala, de facto, de uma história de crédito, mas a primeira coisa que, internamente, a Caixa discute é que, no âmbito da aquisição deste grupo, a Caixa não deveria participar nesta reestruturação, digamos assim, porque deveria haver uma outra consolidação de passivo, etc. Aquilo que nos veio aqui dizer é uma coisa radicalmente diferente, que a Caixa era credora da Construtora Abrantina. É isso que nos está a dizer?



O Sr. **Joaquim Barroca**: — É isso que estou a dizer e é isso que corresponde à realidade.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É que os documentos a que tivemos acesso não dizem isso, pelo contrário. Dizem que não se encontram reunidas condições suficientes para a emissão de um parecer favorável da parte do Risco, numa primeira fase, e que a intervenção da Caixa apenas deveria ser considerada incluída numa proposta de reestruturação do grupo Abrantina com consolidação do passivo e esforço distribuído pelos diferentes credores, desde que inequivocamente assegurada como risco, Lena SGPS, Lena Construções.

Sabe com quem é que o Grupo Lena negociava dentro da Caixa?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Primeiro, deixe que lhe diga que volto outra vez a confirmar-lhe que isso eram créditos que a Caixa tinha com o anterior acionista dentro do seio da Abrantina. Esses créditos que já estavam arrumados dentro da Caixa, aprovisionados dentro da Caixa e com uma probabilidade nula de serem recebidos, transformam-se, e desculpe que persista, em créditos vivos quando fazemos a aquisição da Abrantina.

Quem fez essa abordagem não na matéria de reestruturação mas na matéria de transferência de créditos com a Caixa foi o CFO do grupo na altura, que hoje é outro.

Convém dizer que, de há 10 anos a esta parte, o Grupo Lena tem uma Comissão Executiva com um presidente executivo e o CFO como braço direito dele, que é quem faz a abordagem à banca. Mas, antes disso, e porque se reporta há mais de 10 anos, foi o Dr. Paulo Fernandes e o presidente do grupo, meu irmão, que eram quem fazia a ponte entre o grupo e a banca e, neste caso em particular, com a Caixa.

Portanto, ou foi o Dr. Paulo Fernandes, por delegação de competências e de responsabilidades que o Presidente lhe deu, ou foram o Presidente e ele, os dois, que, juntamente com alguém da Caixa que, sinceramente, não posso precisar.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vamos lá ver, aquilo que a Caixa entendeu, na altura, é que o Grupo não apresentava contas consolidadas nem relatórios. Havia, de facto, uma exposição, mas substancialmente inferior àquela com que a Caixa ficaria, depois desta reestruturação. E, mais, avançou para uma série de questões, dizendo, taxativamente que, face ao exposto, o Risco era contra, assumindo também que o Grupo Lena teria de participar de forma mais ativa no risco.

O que pergunto é se isto vos foi transmitido e, de facto, há uma evolução e passa a haver um aval do Grupo, através de uma das empresas, suponho eu, apostado numa livrança. E pergunto como é que decorreram estas negociações e se as acompanhou.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Eu não posso precisar, não estive nessas negociações. O que é que lhe posso dizer? Não tendo estado nas negociações, desconheço, obviamente, como é que decorreram.

Não era, como já disse, da minha competência o pelouro financeiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sim, mas o que se estava a discutir era a assunção de responsabilidades das suas empresas e a assunção de responsabilidades também pessoais. Portanto, certamente que foi acompanhando o evoluir das negociações.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Bom, convém esclarecer, quando a Sr.<sup>a</sup> Deputada diz «as minhas empresas», que eu sou um sócio e sou minoritário, portanto, é das minhas e das dos outros.

Obviamente que sim, que quando falámos com a Caixa, aquilo que estávamos a criar como expectativa e no pressuposto de que tudo iria correr como estava previsto, até pela sinergia que trazia, iríamos contribuir para a Caixa, não só com receita extraordinária, como também com o facto de fazermos com que a Caixa recebesse aquilo que era expectável receber.

Não sei se respondi à sua pergunta.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Respondeu, mas, na realidade, isso não aconteceu. Portanto, o que lhe perguntava era, então, o que é que correu mal, porque, na realidade, aconteceu ao contrário: a Caixa não recebeu e ficou até com uma exposição bastante maior àquela que tinha.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não, desculpe, a Caixa não ficou com uma exposição maior do que a que tinha. É que todo o montante que passou, por efeito da compra para a Always Special, já estava no anterior acionista.

Quando a Caixa, hoje, repõe esse crédito, outra vez, ao mesmo nível a que estava anteriormente, o resultado é nulo. Ou seja, não tinha, criou uma expectativa de que iria ter, e voltou a não ter.

Portanto, a Caixa, com esta operação e com este movimento, ainda ganhou uma coisa, que foram os juros desses 44 milhões, que nós temos andado a pagar, e que o anterior acionista nunca lhe pagaria, porque eles já estavam considerados como perdidos, não só em imparidade, como, de igual modo, perdidos.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vamos lá ver uma coisa: isso tudo seria verdade se todo o passivo do anterior acionista, se todo o passivo do Grupo Abrantina, fosse da Caixa. Mas isso não era assim.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, quando nos reportamos àquilo que é o valor da Caixa e o peso desse mesmo valor na Always Special, é assim. Ou seja, nós não convertemos mais crédito do que aquele que o anterior acionista tinha com a Caixa. Isto é, aquilo que transferiu da Caixa para a Always Special foi esse mesmo crédito, com uma expectativa de ser recebido, e porque a Caixa, na altura, preferia ter esse crédito no ambiente da Always Special e no Grupo Lena do que tê-lo no contexto do anterior acionista. Porquê? Porque o Lena tinha negócios, porque o Lena tinha ativos, porque o Lena tinha projeções, tinha planos de negócios, estava internacionalizada, tinha dinâmica, na altura.

Obviamente que, para a Caixa, era expectável ter, por via do Lena, um recebimento, comparativamente com aquele que já tinha perdido no ambiente do anterior acionista, diga-se, da Abrantina, antes de o termos adquirido.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Qual era a dívida da Abrantina à data da aquisição?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não lhe sei dizer, mas era muita.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas está a dizer que a Caixa já a tinha toda e que essa dívida era da Caixa. A informação que tenho, e que consta aqui nos papéis a que tive acesso, não é essa. Portanto, quero saber qual era a dívida que a Abrantina tinha, quando a adquiriu, ou quando foi adquirida pelos grupos de que é acionista.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, a dívida da Abrantina, obviamente, não se situava só na Caixa.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Ah!

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Portanto, se estivermos a falar da Caixa, estamos a falar dos montantes que imigraram para dentro da Always Special, como Grupo da Lena, referentes à Caixa.

A dívida que a Abrantina tinha, bom... Olhe, era monstruosa. E temos andado a pagá-la dentro daquilo que são essas nossas...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas é essa dívida que passou para a Caixa Geral de Depósitos? Passou, não apenas para, mas também...

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Uma parte dessa dívida, não toda, obviamente, passou para a Caixa Geral de Depósitos, por decisão da Caixa Geral de Depósitos na negociação com outros bancos credores. A Caixa Geral de Depósitos...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não!

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Desculpe? É a ideia que eu tenho. É a ideia que tenho. Tenho a minha informação, naturalmente, a Sr.<sup>a</sup> Deputada terá a sua e pronto. Mas, a Caixa, na altura — não posso precisar o valor, mas há um determinado montante —, assumiu ficar com esse montante, incorporá-lo dentro da reestruturação e, depois, arranjar forma de que, por efeito da alavancagem e por efeito da dinâmica e por efeito de resultados, viesse a receber esses mesmos resultados.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Quem são estes outros bancos credores?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Por aquilo que sei — não sei tudo, obviamente — eram BCP e Caixa.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É que isso que está a dizer... Não é essa a informação que temos.

A informação que temos aqui é a de que há um primeiro momento, em maio de 2007, em que o Risco dá parecer desfavorável à reestruturação deste crédito; depois, com outras condições, nomeadamente com avales, passa a haver um parecer de risco favorável, mas bastante condicionado e com bastantes reservas. E, em nenhum momento é, obviamente, dito que a Caixa Geral de Depósitos já tinha todo o passivo do Grupo Abrantina, porque não o tinha, de facto.

O Sr. **Presidente**: — Tem de concluir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Concluo dizendo que uma das coisas que observamos é que este crédito tem muitas vicissitudes antes de ser concedido e há várias baixas de juros para as quais, aparentemente, não encontro explicação nenhuma.

O que gostava de perceber é se sabe como é que elas foram negociadas e que concorrência era esta, de outros bancos, que é mencionada como justificação para a Caixa ter sistematicamente baixado os juros deste crédito.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, a dívida da Abrantina, efetivamente, não se situava toda na Caixa, por aquilo que é dado a conhecer.

Faz parte da prática das empresas todos os dias discutirem a baixa de juros com os bancos. Portanto, não nos pode levar a mal que abordemos os bancos no sentido de... Se vivemos num mercado cada vez mais competitivo, onde as empresas cada vez lutam mais para sobreviver, não nos pode levar a mal que abordemos, com a persistência com que abordamos, os bancos para otimizar, até nos juros, os efeitos dos financiamentos.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Só para precisar, porque é uma pergunta que já fiz: quais eram os tais outros bancos com quem estavam em negociações e que ofereciam condições melhores do que as da Caixa?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, já lhe disse: a área financeira não era minha. Qualquer coisa que estivesse a dizer podia estar a dar um tiro no pé e podia estar a falar daquilo que não sei.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Grupo Parlamentar do PCP, em nome do Sr. Deputado Duarte Alves.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Joaquim Barroca e as pessoas que o acompanham.

Os senhores aparecem, como foi referido já inicialmente, citados em duas operações daquelas a que tivemos acesso nesta Comissão: uma é a do Grupo Abrantina, ou Lena, como surge no relatório, e a outra é a operação

Vale do Lobo. Nessas duas, aparece uma citação da construtora Abrantina, que faz parte do vosso grupo.

Portanto, a primeira pergunta que tinha para lhe fazer era: nesta operação de Vale do Lobo, qual era o papel da construtora Abrantina?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sr. Deputado, vai-me perdoar, mas, como sabe, a questão de Vale do Lobo está inserida no Processo Marquês, no qual sou arguido. Não me convide a dizer algo, porque, provavelmente, não me quererá mal.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Não estou, para já, a perguntar nada que penso que esteja sob segredo de justiça. Estou a perguntar porque aparece, na operação Vale do Lobo, um conjunto de empresas envolvidas.

A minha pergunta é: qual era o papel da construtora Abrantina naquela operação? O que é que fazia? No meio daquelas empresas todas, havia lá uma, que era a Abrantina. Qual era o seu papel?

Penso que isto não está propriamente sob segredo de justiça.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sr. Deputado, por uma questão de princípio — não é uma questão de segredo de justiça —, sobre Vale do Lobo não vou falar.

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, mas o argumento da questão de princípio não é válido nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. O que é válido é se a matéria está ou não em segredo de justiça e, estando, pode invocar esse argumento para não responder. A questão de princípio não é argumento para não responder à pergunta do Sr. Deputado.

Relembro que, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, o papel da empresa já foi evocado por um outro depoente — no caso, o Dr. Gaspar



Ferreira — e, portanto, não me parece que seja uma questão maior a pergunta que é feita. Mas, enfim, o Sr. Joaquim Barroca está no direito de não querer responder. Não pode é invocar o argumento de princípio para não responder ao Sr. Deputado. Tem de fundamentar a sua não resposta com um argumento válido.

Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Se me permite, nós aqui fazemos as perguntas, o senhor pode optar por não responder, e isso também terá a sua interpretação legal, porque esta Comissão tem poderes que o senhor conhece e que já foram referidos inicialmente pelo Sr. Presidente. Também pode querer responder, depois, numa ronda reservada.

Portanto, continuarei a fazer as perguntas e o senhor entenderá que resposta é que quer dar, porque esta pergunta, que vou fazer a seguir, já foi feita nesta Comissão e foi respondida por outro interveniente. Um cidadão holandês, Jeroen Van Dooren, comprou um lote em Vale do Lobo e terá afirmado a um órgão de comunicação social que transferiu, em 2008, uma parte do valor da compra, 2 milhões de euros, para uma conta, de um banco suíço, de Joaquim Barroca. A minha pergunta é se recebeu esta transferência.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sr. Deputado, sabe que isso são factos que fazem parte da acusação, e, como tal, reservo-me o direito de não me pronunciar em relação a isso.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Há alguma relação entre a operação de 2006, entre a Caixa e Vale do Lobo, e a operação do Grupo Abrantina, de 2007? Há alguma relação entre as duas?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — De que eu tenha conhecimento, não.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Pergunto isto porque os senhores participavam, naturalmente, nas reuniões das várias empresas que participavam no empreendimento Vale do Lobo.

Com certeza que estavam envolvidos de alguma forma e que participavam nalguma reunião entre as várias empresas. Pergunto se, nessas reuniões, alguma vez souberam que a entrada da Caixa no negócio de Vale do Lobo foi feita através de um administrador e não pela via normal, que era a área comercial.

Isto alguma vez foi do conhecimento das várias empresas que estavam presentes no empreendimento Vale do Lobo?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Se havia essas reuniões, eu não sabia.

Provavelmente está a reportar-se a reuniões havidas antes de adquirirmos a Abrantina.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Se o senhor me tivesse respondido qual é que era o envolvimento do Grupo Abrantina na operação Vale do Lobo, talvez pudesse fazer a pergunta de outra forma; como não quis responder a essa pergunta, é difícil fazer a pergunta de outra forma.

Portanto, não soube, em algum momento, que, em vez de ir pela via da área comercial, esta operação da Caixa, em Vale do Lobo, foi pela via de um administrador, o que era completamente fora do normal. E, além disso, temos uma situação também muito *sui generis*, que é a de que tanto a Direção de Risco da Caixa como o Departamento Comercial colocam reservas a esta operação, o que é praticamente inédito, pelo menos nos *dossiers* de crédito a que temos acesso. Nunca teve conhecimento desta situação?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Desculpe mas não percebi. Situação, Vale do Lobo, Caixa, financiamento...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — A entrada da Caixa no financiamento de Vale do Lobo.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não é do meu conhecimento e não se me consta que isso corresponda à verdade. Mas não é do meu conhecimento esse facto.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Corresponde à verdade porque foi aqui confirmado por todos os intervenientes, que aqui o disseram. Foi por via de um administrador e não pela área comercial. E da área comercial quem esteve aqui, o Diretor de Empresas Sul, disse que eles próprios tinham reservas em relação à operação. Queria só perceber se os senhores tinham conhecimento disto e se até foi por terem conhecimento disto que, depois, entraram na operação de 2007. Era essa a minha pergunta.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não conheço, não sei o que foi dito. Não vi. Isso para mim é tudo novo. Não conheço.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Já percebi que em relação a Vale do Lobo não há qualquer resposta da vossa parte e, então, vou voltar à operação Abrantina/Grupo Lena, aquela que foi referida inicialmente.

Estando numa Comissão de Inquérito à Caixa, o que queremos perceber, sobretudo, é qual foi a intervenção da parte da Caixa. Portanto, em primeiro lugar, queria perceber com quem falaram, na Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Já disse à sua colega que não fui eu que reuni, que mediei ou que alguma vez tive contactos com alguém da Caixa para efeito desse financiamento, para efeito dessa reestruturação. Havia gente dentro do Grupo com essa responsabilidade e que o fez. Eu, efetivamente, apadrinhei. Percebia a estratégia, defendia a estratégia no enquadramento de execução, de planos de negócio, de investimentos, não na matéria de financiamentos. Nunca estive e não lhe sei falar de detalhes.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — O senhor já disse aqui que não falou diretamente com a Caixa nem com nenhum administrador da Caixa sobre estas matérias, mas que havia alguém no vosso Grupo que o fazia. Quem é que, no vosso Grupo, falava com a Caixa sobre esta operação?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Já disse à sua colega e digo mais uma vez ao Sr. Deputado, que era a área financeira do Grupo, na pessoa do seu CFO, Dr. Paulo Fernandes. Depois, naturalmente, se pretender qualquer tipo de informação, estamos disponíveis a todo o momento para a facultar, como não pode deixar de ser.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — E através desse ponto de contacto que havia, alguma vez tiveram conhecimento de que nesta operação havia um parecer de risco interno da Caixa que era desfavorável a esta operação? Alguma vez conheceram essa realidade?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Que fosse do meu conhecimento, não, e é com admiração que ouço isso. A convicção que sempre tive foi que a Caixa preferia e tinha interesse em transferir este crédito para um veículo,

neste caso do Grupo Lena, onde tinha expectativas muito altas de receber o dinheiro do que no anterior acionista, no anterior cenário.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas o parecer de risco nunca foi sequer mencionado?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Que eu tivesse conhecimento, não. Não sei se foi dito às pessoas que na altura negociavam em nome do Grupo.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — E quanto aos conteúdos do parecer de risco, que nós conhecemos mas o senhor não conhece, alguma vez foi pedido — vou citar aqui alguns —, por exemplo, o aval pessoal? Alguma vez foi pedido?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não posso precisar, Sr. Deputado. Há situações em que sim, há situações em que não. Não posso... Se tivesse a certeza diria, mas não tenho, não posso precisar.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Então, para tentar ajudar, direi que temos aqui uma informação do Caixa BI, de junho de 2007, em que é dito que houve um ajustamento de algumas condições, nomeadamente a supressão do aval dos acionistas em nome individual, que foi substituído por um aval da Casa Agrícola AVR, SA. Portanto, houve a substituição de um aval pessoal por um aval de uma sociedade anónima.

Pergunto-lhe se, entretanto, já se lembra desta situação e se esta alteração de aval, entre um aval pessoal e um aval de uma SA, foi tido em conta nas negociações.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sr. Deputado, estamos a reportar-nos a uma situação, se calhar, com mais de 10 anos e não posso precisar se nessa situação específica ou noutra... Pede-se aval para tudo e provavelmente... Não sei se sim, se não, com estes anos todos de distância. Se soubesse as perguntas que me iriam fazer, obviamente, ter-me-ia preparado, mas não posso precisar.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Portanto, não me sabe dizer se essa alteração de aval pessoal para aval de uma sociedade anónima foi feita por vossa iniciativa, nas negociações, ou se foi a Caixa que, pura e simplesmente, deu essa benesse, digamos assim, sem isso ter vindo da vossa parte? Não se recorda disso?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sr. Deputado, reporta-se a que ano?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Isto é relativo à operação Grupo Lena/Abrantina. A informação é de 2007 mas reporta-se a um período anterior.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não. Digo que não porque, efetivamente, trabalhámos um processo de reestruturação no ano de 2010/2011, onde, se bem me lembro, isso aconteceu, ou seja, o deslocamento de responsabilidades, não saindo, obviamente do Grupo Lena, porque deixou de ser um bocadinho em todo lado e passou a ser nas SGPS.

Mas em 2007 e em particular nessa matéria da Abrantina, não posso precisar.

O Sr. **Presidente**: — É agora a vez do PSD. Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês Domingos.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Domingos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Joaquim Barroca, muito obrigada pela sua presença aqui.

Aqui vou voltar ao princípio do processo da Abrantina, começando com esta pergunta: quando pede os 80 milhões à Caixa Geral de Depósitos, a Caixa assume o passivo da Abrantina, pelo percebi. Disse aqui que eram créditos mortos que ficaram créditos vivos — foi a expressão que usou. O que queria perceber era qual o valor desses créditos que a Caixa tinha da Abrantina e para que servia exatamente esse dinheiro que pediu, para além desse crédito que a Caixa já tinha?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada fala em 80 milhões. Eu falo em 44 mais outros 40 milhões.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Domingos** (PSD): — 55 mais 25 milhões.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — À Always Special e à Lena Engenharia e Construções. É isso? A citação é essa?

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Domingos** (PSD): — É a Abrantina, 55 do empréstimo mais 25 do papel comercial.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Digo que a área financeira... Não é de forma nenhuma querer fugir à questão, mas a área financeira era gerida, na altura, e toda a abordagem à banca era feita pelo CFO do Grupo.

Os créditos que transferiram do anterior acionista, da Abrantina, para o Grupo, são aqueles já eram anteriormente. Deixaram de ser da

responsabilidade da Abrantina, no cenário da família Pires Marques, e passaram a ser do cenário da Always Special e da Lena Construções, cenário do Grupo Lena. Mas os valores são rigorosamente os mesmos e só os transferiram, em termos de responsabilidade, de um lado para o outro.

Em termos da matéria, em termos de pormenores de abordagem, com quem, de que forma e a que nível, há efetivamente uma área do Grupo que tratou dessa matéria, mas não fui eu.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Domingos** (PSD): — Agradeço a resposta mas continuamos com uma dúvida, porque o parecer de risco diz — e por isso é que o parecer de risco é desfavorável — que a toma que a Caixa estava a fazer era superior ao passivo que a Caixa já tinha.

Portanto, se calhar, não conhece a resposta, mas como percebo que tinha a estratégia do Grupo e apadrinhava, como aqui explicou, a estratégia financeira, seguramente tem uma ideia de para que é que servia este dinheiro, se não era todo para o passivo, porque claramente o parecer de risco diz que não era para cobrir o passivo que a Caixa já tinha.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, primeiro, não estava na estratégia do Grupo. Como é do se conhecimento, o Grupo tem áreas de negócios e há uma área de negócio, que era a da engenharia, onde eu, efetivamente, estava. Mas o Grupo era mais do que isso.

A abordagem à Caixa e na matéria do pormenor a quem, de que forma e a que nível, gostaria mais uma vez de realçar que era feita pela área financeira do Grupo, não só neste negócio mas em todos.

Os créditos não são nem para mais nem para menos do que para essa mesma realidade. Esses créditos já existiam. E há dois bolos: um bolo de 44 milhões, que estava parqueado e estava perdido; há um outro bolo, que tinha a ver com créditos vivos, com letras e com financiamentos que



tenham sido feitos por bolsas, por valores, que acumulavam e que quando passaram, por via da aquisição, do novo acionista para o Grupo Lena, também foram reestruturados pela Caixa.

Portanto, tínhamos um cenário que estava aprovisionado e que dificilmente a Caixa alguma vez receberia, mas estavam outros em trânsito e em vivo, que foram reestruturados também.

Pormenores, montantes e a forma como é que foi, não posso precisar.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Domingos** (PSD): — Uma questão que tenho é se alguma parte deste montante serviu para reestruturar ou pagar alguma dívida que tinha noutras instituições financeiras.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não posso precisar. Não creio, mas não posso precisar.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Domingos** (PSD): — Disse, recentemente e em público, o anterior Ministro das Finanças Teixeira dos Santos que há 20 anos se tornou quase um paradigma — pelo menos entre as elites bem pensantes económicas, que achavam que precisávamos de centros de decisão nacional — a ideia que os bancos arranjassem empresários portugueses que personificassem esses centros de decisão nacional e que os financiassem para que pudessem existir.

O que lhe pergunto é por que é que acha que poderia haver interesse, de um ponto de vista da estratégia nacional, em estes centros de decisão financiarem o seu Grupo?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Julgo que o Grupo Lena não era diferente de todos os outros grupos.

Portanto, um Grupo que ainda hoje ocupa 2000 trabalhadores diretos e 1000 trabalhadores indiretos, um Grupo que contribui, nestes últimos 5 anos, no mercado regional, para exportações no valor de 500 milhões e euros, um Grupo que, de igual modo, contribui para tudo o que é impostos — ainda no ano passado contribuimos com 10 milhões de euros para a segurança social —, continua a ser um Grupo regional que ocupa diretamente 2000 trabalhadores e 1000 trabalhadores indiretamente e todos os dias continuamos a acordar, com toda essa gente, com vontade de continuar a lutar para pagar aquilo que devemos.

Neste momento, estamos a discutir com a banca um processo de reestruturação, que ainda não está encerrado mas que tem como objetivo pagar aquilo que devemos. Nunca dissemos aos bancos que não queríamos pagar.

Posso recordar-lhe que em 2010, logo após a crise de 2009, fomos nós que procurámos os bancos, com a responsabilidade acrescida que tínhamos perante os mesmos, para com eles discutir uma reestruturação tendo como objetivo honrar aquilo que são os nossos compromissos. De igual modo, ainda hoje acordamos, com todas aquelas pessoas que vivem connosco e que vestem a nossa camisola, com esse compromisso e com esse peso, com esse mesmo valor e essa mesma vontade de continuar a lutar por esse objetivo.

Julgo que quando financiamos o Grupo, quando financiamos empresas portuguesas que têm isto para dizer e continuam todos os dias com a vontade de puxar pela economia, mobilizar pessoas e mobilizar riqueza, elas devem ser apadrinhadas pacificamente pelos bancos, mas é o meu ponto de vista.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Domingos** (PSD): — Agora poderá ser diferente, mas na altura, naquele período em que temos estado a focar-nos, no período da

gestão do Dr. Armando Vara e do Dr. Carlos Santos Ferreira, pergunto-lhe qual era o peso dos contratos públicos no volume de negócios do seu grupo.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não posso precisar. Não posso precisar, porque o Grupo não trabalha só com esses grandes projetos. Trabalhamos com 30, 40 ou 50 autarquias e trabalhamos com privados. Portanto, não posso precisar qual era a percentagem, na altura, e estamos, se calhar, de há não sei quantos anos... Não posso precisar qual era o peso.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Domingos** (PSD): — Mas, se calhar, consegue precisar se houve algum período em que cresceu essa exposição, digamos, ou esse volume de negócios. Essa percentagem cresceu ao longo dos anos ou nalgum período?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Posso dizer que nós, em 2000, já tínhamos mais de 1000 trabalhadores. Posso dizer-lhe que, em 2000, já faturávamos mais de 200 milhões de euros. Posso dizer-lhe que, no período que a Sr.<sup>a</sup> Deputada está, provavelmente, a referenciar, decrescemos e não crescemos proporcionalmente àquilo que antes e depois crescemos.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Domingos** (PSD): — Outra questão: qual era a sua relação com algumas pessoas que podem ter contribuído para ajudar os seus negócios, por exemplo o Eng.º Carlos Santos Silva?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Conheço o Sr. Eng.º Carlos Santos Silva desde 1980.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Domingos** (PSD): — E a relação com a sua empresa? Qual foi o período em que ele teve mais relação com a sua empresa?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Desde 1980!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Domingos** (PSD): — Até quando?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Até há quatro ou cinco anos.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Domingos** (PSD): — O que é que ele fazia na sua empresa?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — O Sr. Eng.<sup>o</sup> Carlos Santos Silva era uma pessoa que, tendo uma empresa de projetos, sendo um empresário já de há muitos anos, prestava serviço ao Grupo Lena.

Se calhar, os primeiros projetos foram há mais de 20 anos. Era um parceiro como outro qualquer que prestava, vendia serviços, vendia projetos, vendia conhecimentos.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Domingos** (PSD): — Conhecimentos?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sim! Quando digo conhecimentos, era se quisesse perceber como havia de abordar um projeto, no cenário, até, de criar uma variante, pela sensibilidade que ele tinha a esses mesmos projetos, em termos estruturais, era um bom conhecedor. Tinha projetistas, tinha projetos, tinha tudo...

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Domingos** (PSD): — E conhecimentos não relacionados com conhecimentos técnicos?! Alguma vez prestou serviços de

conhecimentos de pessoas que pudessem ajudar a empresa na sua expansão?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Pessoalmente não me lembro. Não sei o que está a querer insinuar.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Domingos** (PSD): — Não é insinuar!

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não sei o que é que está a querer insinuar, mas ele era um vendedor de serviços.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Domingos** (PSD): — Não estou insinuar. Perguntei se, por acaso, o Sr. Eng.º Carlos Santos Silva, que providenciava serviços técnicos — e não estou a duvidar da sua competência —, também providenciava acesso a outras pessoas que poderiam apoiar a expansão da empresa, nomeadamente, e posso ser muito clara, se ajudou a ter contactos seja junto dos bancos, seja junto do poder político, de forma a poder valorizar a sua empresa, ajudá-la em certos projetos.

Isto porque há notícias, que não ignora, seguramente, de pessoas com poder político terem apoiado as suas empresas, não só em Portugal, mas para a expansão internacional, por exemplo na Venezuela.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Pois, olhe, acho que o tema «Venezuela» é tirar o mérito a um conjunto de pessoas do Lena, repito, do Lena que se dedicaram anos a fio em prol desse mesmo acontecimento.

Enfim, fico triste, em nome deles, que se pense assim. Mas, em relação à pessoa do Carlos Santos Silva, não tenho mais nada a dizer.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Domingos** (PSD): — Então, agora, sobre a Parque Escolar, para passar a um programa nacional. O seu grupo foi responsável por muitos destes contratos. Sentiu alguma vez que...

Antes de mais, sabe a quantos desses contratos é que teve acesso? Em percentagem do total, quantos realizou?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Bom, gostava de fazer uma pergunta, se também as puder fazer! Sei que estou aqui para responder e não para perguntar, mas gostava de saber o que é que o tema tem a ver com a Caixa Geral de Depósitos. Provavelmente terá, se me está a fazer a pergunta é porque deve ter.

Mas deixe-me que lhe diga que, segundo me foi dado a conhecer, das 200 ou 300 escolas que se fizeram, nós fizemos cinco. E posso dizer que, é do vosso conhecimento, porque de certeza absoluta que estudaram os *dossiers*, para que as escolas fossem adjudicadas só havia um critério, em termos de comissão de análise, que estava inscrito no caderno de encargos. O critério para que as escolas fossem adjudicadas era o fator preço. Só o fator preço é que pesava.

Nunca tendo o Lena qualquer incompatibilidade, em termos de incumprimento, para que fosse posta em causa a sua idoneidade e porque nessas cinco escolas fez mais barato que todos, porque raio é que a Parque Escolar não havia de dar as escolas à Lena?! Bem, não me parece que isso tenha discussão possível.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Domingos** (PSD): — E foram subempreiteiros em algumas dessas obras, para além das que foram contratados diretamente?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Creio que não, mas continuo com uma dúvida: o que é que isso tem a ver com a Caixa Geral de Depósitos?!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Domingos** (PSD): — Há várias razões, mas posso esclarecê-lo. Acabou de dizer aqui que está a trabalhar arduamente para conseguir pagar a dívida à Caixa, certo? Isto faz parte de um processo de trabalho que teve, que contribuiu para que hoje tenha dificuldades em pagar à Caixa. É por isso que estou a vir a este ponto.

Mas gostava de continuar para lhe perguntar outras coisas.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não se esqueça do tempo. Tem mesmo de concluir.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Domingos** (PSD): — Voltando ao princípio da história da Abrantina e para terminar, como alguns dos Deputados já referiram, foi surpreendente que o Risco tivesse considerado um parecer desfavorável. Mas há outra coisa surpreendente: ao longo do processo foram conseguindo que o Conselho Alargado de Crédito reduzisse o *spread*. De facto, o que aconteceu foi que foram tendo condições cada vez mais favoráveis.

Portanto, gostava de saber se conseguiu perceber porquê.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, a redução do *spread*, provavelmente, não terá sido só para o Lena. Se abordar outras empresas e outros cenários, deve certamente encontrar isso em todas as áreas de negócio e em todas as empresas. Ainda hoje...

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Domingos** (PSD): — Não me parece!

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, olhe que sim!

Quanto ao parecer de risco, não tenho muito mais para dizer, além do que já disse. A Caixa, na altura, encarou, como já alguém da Caixa, com

alta responsabilidade, aqui disse, que via este negócio, ou seja, este financiamento com agrado.

Isso para nós também foi um estímulo. Dissemos: «Antes queremos ter dívida do vosso lado do que daqueles. Temos mais expectativas em receber do vosso lado do que do lado daqueles!» — «aqueles» é uma força de expressão, desculpe-me a família.

Portanto, nessa matéria, não percebo aquilo que me diz como sendo um grande risco para a Caixa transferir este crédito. Em relação a isto, nada mais tenho a dizer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Constança Urbano de Sousa, em nome do Grupo Parlamentar do PS.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Joaquim Barroca.

Vamos voltar atrás: de certeza que se lembra da constituição da sociedade veículo que comprou a Abiber, que, por sua vez, era a *holding*, se quisermos, do grupo Abrantina. Isto porque essa sociedade foi criada, segundo as informações que tenho, por si e pelos seus dois irmãos, tendo adquirido 90% do capital social da Abiber e 10% da casa agrícola.

Porque é que a casa agrícola entrou neste negócio? Qual foi o objeto social da casa agrícola para entrar num negócio de construtoras que era o *core business* da Abrantina?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, gostava de ter a resposta na ponta da língua, porque, provavelmente, não deve ter nada de mal.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — É só para perceber!



O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não sei se, na altura, deve ter sido por aconselhamento de alguém da área jurídica ou de alguém que desse assessoria ao grupo para que assim fosse. Mas não posso precisar neste momento, com toda a sinceridade e de forma objetiva.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Quando pediram um financiamento até 80 milhões de euros para o passivo do grupo Abrantina — que, naturalmente, tinha dívidas bancárias e de outro tipo no montante estimado de 80 milhões, mas à Caixa Geral de Depósitos tinha apenas 16 milhões de euros, de acordo com informação interna que a própria Caixa foi disponibilizando —, na altura, acredito que a Caixa estivesse na lógica de recuperar algum crédito, tendo algum interesse em tornar créditos mortos em vivos. Mas estamos a falar de 16 milhões e a Caixa emprestou à Abiber, que pertence à família de Roque Rodrigues, 80 milhões de euros, 55 em empréstimos e 25 em papel comercial.

Pergunto-lhe: o grupo foi abordado diretamente pela Caixa ou foi o grupo que abordou a Caixa para este negócio?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não posso precisar. Volto a dizer-lhe que, não tendo como objetivo fugir à pergunta, não era eu que fazia essa ponte com a banca. Mas a ideia que tenho é que a proposta veio da Caixa.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — A ideia que tem é que a proposta veio da Caixa.

Penso que numa operação deste género seria da mais elementar prudência que a Caixa tivesse pedido um *business plan* para a Abrantina, tivesse pedido uma análise económico-financeira da sua viabilidade até para apreciar a capacidade do mutuário que passou a ser a Abiber, *holding*

da Abrantina, que, entretanto, já tinha passado para o Lena. Ou seja, neste jogo de *matrioska* de várias sociedades, vai tudo confluir na sua família! São sociedades familiares, não são sociedades de capitais.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — De *matrioska*?!

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — De *matrioska*, porque são tantas sociedades. Vai-se tirando sociedade de dentro de sociedade, nesse sentido.

Gostaria de saber se alguma vez lhe foi solicitado, neste processo, já que estava responsável pela parte estratégica, um *business plan* ou um qualquer estudo de viabilidade económico-financeira da Abrantina.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, fazemos *business plans* e *master plans* há mais de 20 anos. É assim que trabalhamos.

Provavelmente, haverá esses elementos na Caixa e terão sido discutidos na Caixa. Não posso precisar a que nível, porque, volto a dizer, não estive lá, mas sei que é uma prática há mais de 20 anos no grupo Lena fazer isso mesmo por cada área de negócio, sendo discutidos com a banca.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Sim, mas uma das razões pelas quais a Direção da Gestão de Risco deu um parecer desfavorável a esta operação foi precisamente pela inexistência de um *business plan* ou de um qualquer estudo que fundamentasse a viabilidade económico-financeira da Abiber para depois avaliar a sua capacidade para salvar as suas dívidas.

Uma das condições deste empréstimo e que foi plasmada no próprio contrato era a fusão entre a Construtora Abrantina, S.A. e a Construtora do Lena no prazo de três anos, ou seja, até 2011. Ocorreu essa fusão?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Eu não sei se ela foi feita até 2011, hoje está feita. E inicialmente ela só tinha como objetivo... Não tendo sido feita logo quando da aquisição, foi feita por via da Always Special porque tinha o objetivo de garantir que quando a fusão fosse feita — e uma vez que falávamos com empresas com culturas e com histórias diferentes — se fizesse de uma forma pacífica e sem conflito entre as pessoas. De igual modo, também, havia uma exposição à internacionalização de ambas as partes e que também era preciso acautelar sem qualquer prejuízo para o bem final.

Portanto, numa primeira fase não havia a intenção de fusão, para já, mas havia a fusão quando fosse conveniente e quando as sinergias económico-financeiras e estruturais fossem uma realidade. Não sei se ela foi concluída até 2011 ou se na altura foi discutida com a banca uma prorrogação — hoje está feita.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Recorda-se de em 2007 — estamos a falar de um negócio de 80 milhões de euros — lhe ter sido pedido, a si, um aval pessoal?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Quase todos os dias é pedido aval pessoal. Nessa altura, enfim, continuo a achar que não foi um financiamento feito de novo, foi a transferência de créditos da Abrantina e do anterior acionista para o novo acionista e, em particular, a Always Special. Portanto, não há capital novo! Não há mais capital do que aquele que a Caixa já tinha. E nessa matéria, já não posso precisar, e em particular aí, se foi o aval da sociedade Always Special ou se foi dos acionistas.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Estamos a falar de 2007.

De acordo com a minha informação, a Always Special apenas surge como *holding*. Depois, em 2011, através de uma transformação da tal Casa Agrícola AVR, SA na nova *holding* da *holding*, depois de as empresas do Grupo Lena, na tal lógica da *matrioska*. E, portanto, não pode falar da Always Special, que apenas entra depois, na reestruturação da dívida do Grupo Lena e do Grupo Abrantina, chamemos-lhe assim, que só ocorreu em 2013...

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não!

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Estou de acordo com tudo aquilo que tem... Sei que em 2010 e em 2011 houve processos para a reestruturação da dívida com três bancos, mas que não foi levada a bom porto. E só em 2012, perante o enorme passivo do Grupo Lena e do Grupo Abrantina, é que os três bancos, numa operação sindicada, fizeram a reestruturação parcial da dívida. Portanto, pergunto quando foi criada, então, a Always Special.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Em 2007 ou 2008, aquando da compra da Abrantina.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Mas se foi criada aquando da compra da Abrantina, então, a Always Special foi o veículo para a compra da Abrantina?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Exatamente!

O Sr. **Presidente**: — Tem de concluir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Então, as informações da Caixa de que o Grupo Always Special advém, em 2011, da transformação da designação social da Casa Agrícola AVR, SA e do seu objeto social não correspondem à realidade?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Podem corresponder, a sua interpretação é que pode estar errada. Porquê? Porque a Always Special existe desde 2007 e foi o veículo que serviu para comprar o ativo à família Marques dos Santos e porque todos os ajustamentos que pudessem ter havido *a posteriori* em linha com a Lena, SGPS, e em contexto de sinergia e otimização — e penso até que por sugestão da banca —, se foi em 2011 ou em 2012, enfim, aí já não posso precisar, mas que vem lá muito de trás, vem.

O Sr. **Presidente**: — Agora é a vez do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente. Muito bom dia.

Sr. Joaquim Barroca, estivemos aqui a falar sobre o crédito da Abrantina e tentou ensaiar o argumento de que «no fundo, a Caixa até fica a ganhar porque já tinha dado um crédito como perdido e o Grupo Lena veio assumir as dívidas».

Gostaria de saber de quanto foi o crédito dado como perdido pela Caixa ao Grupo Abrantina.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — O valor perdido? Desculpe...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Ou seja, quando pediu 80 milhões à Caixa para a Abrantina, quanto é que a Caixa já tinha dado como crédito anteriormente e que já estava dado como morto, nas suas palavras?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, a Always Special — ou Grupo Lena — não pediu nada à Caixa. Não pediu nada à Caixa! O que a Caixa fez foi transferir do anterior acionista para outro acionista. Não há pedidos feitos por interlocutores do Grupo Lena à Caixa. E volto novamente a dizer que esta realidade, em condições normais, teria vantagens para a Caixa. E digo isto com convicção. Porquê? Porque estes créditos, não sendo mais do que aqueles que já existiam, no ambiente em que se encontravam anteriormente estavam efetivamente perdidos, estavam mortos, não eram mais recuperáveis, até pela própria dinâmica que a empresa tinha.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O que o senhor está a dizer não é verdade. Pode ser por desconhecimento ou pode ser intencional, mas é simplesmente mentira. E vou explicar porquê.

A dívida que a Abrantina tinha à Caixa era de 16,8 milhões. O crédito que a Caixa deu à Abrantina, já no Grupo Lena, foi de 80 milhões. Portanto, não pode dizer que houve uma transferência de créditos. E digo-lhe mais: os créditos mortos nas contas da Caixa eram de 10 milhões. Não eram 80, eram 10! E a exposição não era 80, era 1618! Portanto, o Grupo Lena, para além dos 16,8, aumentou a exposição da Caixa à Abrantina desses 16,8 até aos 80 milhões e por isso eu... Estes são os dados internos da Caixa que lhe garanto serem os verdadeiros.

E por isso lhe pergunto se é por desconhecimento ou se é porque está a tentar encontrar uma narrativa e um argumento que estão muito longe de ser validados por factos e números.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Bom, Sr.<sup>a</sup> Deputada, creia que a expressão sua... Eu não estou aqui a mentir, eu não vim para aqui para mentir. Eu vim para aqui para tentar esclarecer, não tendo todo o conhecimento, com aquilo que posso e que sei dizer.

A realidade dos pormenores e a realidade dos montantes e a forma como foram discutidos com os interlocutores da Caixa, não só pelos anos mas porque também não os tive... Não posso precisar os valores. Agora, a forma como foi reestruturado o montante não foi uma imposição nossa à Caixa, naturalmente que não foi. Portanto, os interlocutores do Grupo que fizeram essa mesma mediação e essa negociação foi certamente por consenso e não foi por imposição à Caixa.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não está aqui por alguém o acusar de ter levado uma arma para dentro da Caixa para obrigar alguém a fazer um crédito. Só lhe estou a explicar que aquilo que nos estava a dizer, que foi uma mera transferência de créditos, não é puramente verdade, não corresponde com os factos. E portanto, o Grupo Lena, para além da exposição que a Abrantina, já tinha de 16,8 milhões, conseguiu um crédito de mais 60 milhões e é bom que tenhamos isto claro.

Mas esta não era a única dívida do Grupo Lena à Caixa. Qual era a exposição total da Grupo Lena nas suas várias SGPS e empresas ao Grupo Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não sou capaz de lhe dizer, nem à data nem hoje.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Os dados que temos do ETRICC (Exercício Transversal de Revisão da Imparidade da Carteira de Crédito), que foi o processo de revisão das contas dos bancos em 2014, dá um valor de 336 milhões no total. Parece-lhe aproximado?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Seja aquilo que for, volto novamente a dizer que hoje ainda não recebemos qualquer documento de nenhum banco que seja a dizer que perdoam, ou que perdoaram, ou que não querem que nós paguemos.

O processo de reestruturação que estamos a discutir hoje tem como objetivo pagar aquilo que devemos e a nossa luta de todo os dias e de quem veste a camisola connosco é trabalhar para que assim seja. Portanto, com isto estamos a querer dizer que hoje ainda estamos focalizados — e era bom, até, que estivéssemos mais focalizados do que aquilo que estamos — para honrar aqueles que são os nossos compromissos. Nós ainda não dissemos a nenhum banco que não temos como objetivo pagar.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E de quanto é a dívida total à Caixa neste momento?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não sou capaz de lhe dizer. A dívida é dinâmica, tem dívida operacional, tem dívida financeira, tem dívida... Mas não posso precisar e volto a dizer-lhe que não tenho cargo executivo dentro do Grupo Lena há 10 anos a esta parte. Há 10 anos que o Grupo Lena tem um Conselho Executivo, tem um Presidente Executivo, tem um CFO, que é quem gere não só o negócio como também as relações com a banca. Portanto, para qualquer esclarecimento pormenorizado sobre essa matéria, não sou a pessoa, como deve compreender, ideal para lhe responder.



A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quando é que conheceu o administrador da Caixa Armando Vara?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Posso dizer-lhe que não conheço o Armando Vara. Estive uma vez com ele, talvez. Não me lembro de ter estado mais vezes com ele.

Em matéria de relações que são banco/bancária, não me lembro. Tal como na relação com a Caixa, acho que nunca.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Acho essa resposta muito pouco precisa. Explique-me lá como conheceu o Armando Vara.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Julgo que a vez que estive com o Armando Vara foi num almoço ou num jantar, mas não convocado por mim, no meio de mais gente, de mais amigos, mas não... Foi a única vez.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Foi a única vez que estive com Armando Vara?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Foi a única vez que estive... Enfim, com o Armando Vara. Se você me perguntar se passei por ele na rua ou se estive com ele em alguma deslocação institucional, não me lembro... Sim, poderia dizer que sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quando diz que conheceu Armando Vara num contexto social foi através de José Sócrates ou foi através de outro intermediário?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Através de José Sócrates a que propósito?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Só lhe fiz uma pergunta! Se é não, é não!

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não, não.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E, portanto, nunca falou diretamente com Armando Vara sobre nenhum crédito? Não tem de ser pessoalmente, os telefones e os *e-mails* também servem perfeitamente esse propósito.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sim. Já disse que não e certamente que não vai encontrar isso em nenhum telefone nem em nenhum *e-mail*.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E alguma vez teve créditos pessoais, digo em nome pessoal, na Caixa para além dos créditos das suas empresas?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Alguma vez discutiu com Armando Vara negócios em geral, mesmo que não relacionados com créditos diretos da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E com José Sócrates?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Muito menos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E, portanto, nunca discutiu a expansão do Grupo Lena com José Sócrates?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Nunca. Jamais.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nem a sua relação com a Caixa?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Nunca. Jamais.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Comprou algum lote em Vale do Lobo?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Volto a dizer que o tema Vale do Lobo, para mim, é delicado. Não gostaria nunca de correr aqui o risco de, enfim... Tendo em conta que todos sabem que sou arguido nessa matéria... Mas nunca comprei nenhum lote em Vale do Lobo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Esteve para comprar algum lote em Vale do Lobo?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Nunca teria dinheiro para comprar um lote em Vale do Lobo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas isso não é impeditivo para ninguém comprar nada neste País, como nós temos bem visto. Portanto,

pergunto-lhe se alguma vez esteve em negociações com os promotores de Vale do Lobo.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Nunca estive com qualquer promotor que fosse nesse contexto.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Então em que contexto é que esteve?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Eu não sei quem são os promotores, portanto, posso eventualmente algum dia ter estado com algum promotor sem saber que ele era agente de Vale do Lobo. Certo? Eu não conheço as pessoas de Vale do Lobo. Nunca tive interesse na compra de algum terreno de Vale do Lobo. Estive uma vez ou duas em Vale do Lobo, enfim, como passante e nunca mais do que isso.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não conhece Diogo Gaspar Ferreira? Nunca falou com ele?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sim, falei com ele uma vez ou duas, mas nunca no contexto de compra de lotes, nem no contexto de comprar qualquer coisa que fosse.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Em que contexto abordou ou foi abordado por Diogo Gaspar Ferreira?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Num almoço ou num jantar onde estava mais gente.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Por acaso não foi o mesmo onde conheceu Armando Vara?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Desculpe?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Pergunto-lhe em que contexto conhece as pessoas e fala-me de almoços e de jantares, mas compreenderá que o que quero compreender são as relações empresariais, ou seja, o que juntou Diogo Gaspar Ferreira ao responsável do Grupo Lena. Aliás, ambos tinham negócios imobiliários, trabalhavam na mesma área e, portanto, era isso que queria compreender.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — O Sr. Diogo, para mim, é um senhor, não é um «tu», é uma pessoa com quem falei uma ou duas vezes, nada mais do que isso e não no mundo do negócio.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E o Sr. Hélder Bataglia?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não é pessoa da minha confiança.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas conhece-o?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sim, quem é que não conhece o Hélder Bataglia? Ele vem todos os dias nos jornais.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas nunca estive com ele? Repare, eu também não confio em Hélder Bataglia, posso dizer-lhe por isso que não é da minha confiança, mas não quer dizer que não tenha estado

com ele numa comissão parlamentar de inquérito. Por isso, pergunto-lhe se o conhece pessoalmente.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sim, falei algumas vezes com o Sr. Hélder Bataglia.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas não sabia que ele era promotor de Vale do Lobo?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não, não sabia que ele era promotor de Vale do Lobo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nem sabia que o Sr. Gaspar Ferreira era promotor de Vale do Lobo?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — O Sr. Gaspar Ferreira? Sabia que ele era — não sei a que nível — responsável por Vale do Lobo; acionista, não sabia.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E o Sr. Horta e Costa também não?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — É pessoa que não conheço.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas o Grupo Lena trabalhou para Vale do Lobo?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — O Grupo Lena fez uma pequeníssima empreitada em Vale do Lobo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Fez uma pequena empreitada em Vale do Lobo, mas não conhecia os promotores de Vale do Lobo?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Repare, o Grupo Lena tem uma hierarquia, tem uma rede comercial, tem pessoas que abordam... Consequentemente, como deve compreender, não conheço todas as frentes que abordam e todos os trabalhos que fazem, como é óbvio.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Alguma vez fez alguma transferência para Armando Vara, administrador da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Como deve compreender, isso faz parte do Processo Marquês e reservo-me o direito de, enfim, não responder.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — No âmbito dos seus negócios, mantém contas fora do País, nomeadamente na Suíça. Correto?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Errado.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, não tem contas na Suíça?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nem tinha contas na Suíça?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Tive até 2012.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Alguma vez conheceu o Sr. Canals?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Alguma vez esteve presente, teve conhecimento ou participou em negociações, juntamente com a Caixa ou estando a Caixa também envolvida, para adquirir a Media Capital?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nunca ouviu falar dessa possibilidade? Nunca pensou nessa possibilidade?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Nunca fui interveniente, nunca participei, não tenho conhecimento.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Neste momento, não tenho mais questões. Farei mais perguntas na segunda ronda.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos fazer uma pausa e suspender os trabalhos durante 5 minutos. Retomamos logo de seguida.

*Eram 11 horas e 2 minutos.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, está reaberta a reunião.

*Eram 11 horas e 20 minutos.*



Vamos, então, dar início à segunda ronda e retomar os trabalhos.

É a vez do Grupo Parlamentar do CDS-PP. Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Gostava de voltar à aquisição do Grupo Abrantina e da construtora Abrantina e de perguntar-lhe o seguinte: que esforços foram feitos no sentido de recuperar os passivos deste grupo? Foi vendido património?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Do grupo?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Da construtora Abrantina.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, como lhe disse, não estou na gestão e, como executivo do Grupo Lena, tudo o que tem que ver com atitudes de compra e de venda, reestruturação ou algo que seja, há 10 anos a esta parte, não sou capaz de responder.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas adquiriu e, com certeza, participou nessa decisão, de adquirir a construtora Abrantina, por achar que tinha algum valor. Já nos falou no valor que tinha no sentido de os qualificar e capacitar para irem aos concursos das grandes obras públicas. Percebo isso! Mas, certamente, atendendo a que esta empresa tinha um passivo de 80 milhões de euros, o que lhe pergunto é se não faz ideia de quanto era o ativo. Esta empresa tinha propriedades? Tinha rendimentos? Tinha edifícios? Tinha alguma coisa que tenha sido vendida?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não posso precisar o que foi feito em prol dos interesses que passaram a ser comuns a partir da fusão, ou ainda antes da fusão, mas que são da responsabilidade do atual — e, diga-se, de há 10 anos a esta parte — Conselho Executivo do Grupo Lena.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas qual era o ativo desta empresa? O que é que tinha?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Em função do que eu reconhecia como tendo mais valor, eram, por motivos estratégicos, como lhe disse, os alvarás. Obviamente, todas as outras componentes foram avaliadas pela área financeira que avaliou na altura e, enfim, as outras áreas, jurídicas e afins.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Está a dizer-me que adquiriu uma empresa com um passivo de 80 milhões de euros, pela qual pagou 12 milhões de euros, e que só e tão-só o único património com valor que existia eram alvarás?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — A área financeira fez a avaliação, eu estava na estratégia. Tudo aquilo que a área financeira avaliou como ativo e como passivo, com o efeito que pretendia que tivesse e por motivos estratégicos que já disse, a área interna também deu o parecer favorável. O pormenor... Podemos perguntar isso e pode ser a informação — se quiserem chamar — da pessoa do CFO, na altura, que foi quem avaliou a área e a componente financeira.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Isto não é um pormenor! Repare, decidiu ou participou na decisão de adquirir uma empresa por 12

milhões de euros. Não é propriamente uma decisão pequena! Depois, corresponsabilizou-se por uma dívida dessa empresa de 80 milhões de euros. Estamos a falar de muito dinheiro, isto não é um pormenor! Portanto, certamente, achou que aquilo que podia ganhar com essa empresa era substancialmente superior a esse investimento. Pergunto o que é que a empresa tinha de valor. Eram apenas alvarás?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — A empresa tinha, também, plano de negócios. Na altura, calculámos mal. Com negócios, tanto pode ser positivo como negativo e, enfim, podíamos ter identificado que tinha futuro e, afinal, depois, quando fomos aprimorar não tinha.

O alvará, na altura, foi o que eu, pessoalmente, avaliei como maior ativo. Porquê? Porque nos permitia, no capítulo internacional e no capítulo nacional... Repare, se a Abrantina estava internacionalizada, alavancava e dinamizava a internacionalização do Grupo Lena a uma outra escala que não tínhamos anteriormente. Portanto, estava num conjunto de países, onde a Lena já estava também, e que, por sua vez, em termos de sinergia e dimensão, punha-nos noutra patamar. Estava em países onde nós não estávamos e que, supostamente — pelo menos era essa a nossa expectativa — iríamos estar numa escala diferente.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — No âmbito desta reestruturação, sabe dizer-me se foram alienados alguns imóveis em África ou em países do Magreb?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Todos os dias temos alienado ativos para pagar dívidas, mas, se foram alienados pela atual Comissão Executiva e se o objetivo foi para pagar dívidas, estão no bom caminho. Se foram ou

não, não posso responder à sua pergunta, porque, como lhe digo, há 10 anos que não acompanho.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sabe dizer-me se, no âmbito destas alienações de ativos para pagar dívidas, alienaram um imóvel conhecido em Angola por Kanhangulo?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sim, é um ativo que, quando foi vendido, até nos jornais saiu. Portanto, é público.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Gostava de saber por quanto é que foi vendido.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não posso precisar.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Nem aproximadamente?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não posso falar de números que não conheço. Um euro é um euro, um milhão é um milhão. Não queria correr esse risco.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E o produto desta venda foi utilizado para abater ao passivo?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não posso precisar, só posso crer que sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, há terceira ronda?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, se os Srs. Deputados assim o entenderem, haverá com certeza.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Então, termino por agora. Deixo as restantes questões para a terceira ronda.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, agora, ao Grupo Parlamentar do PCP. Dou a palavra ao Sr. Deputado Duarte Alves.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Joaquim Barroca, há pouco referiu que uma das razões que o levou a adquirir a Abrantina e a investir mais nesta área foi o facto de ter em vista um conjunto de projetos e que, na altura, estavam a ser falados, desde o TGV ao aeroporto. Referiu, ainda, outros projetos de grandes obras públicas que estavam em andamento.

A minha pergunta é a seguinte: os senhores pensavam concorrer a esses projetos?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sim, digamos. Podia dizer-lhe que, aquando da compra e pelo facto de ficarmos munidos do alvará 9, ficámos capacitados para, não só no País, como também fora, podermos concorrer... Enfim, nunca tendo a ousadia de dizermos «sozinhos», porque esses grandes projetos fazem-se, normalmente, em ACE (agrupamentos complementares de empresas), ou seja, com um conjunto de outras empresas portuguesas, como não podia deixar de ser.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Portanto, o principal ativo da Abrantina eram os alvarás que vos permitiam concorrer a estes projetos de grandes obras públicas que estavam a ser falados?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Diria que sim, não só no capítulo nacional, como também no capítulo internacional.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — E, no capítulo nacional, tinham algum tipo de garantia de que, muito provavelmente, teriam sucesso na vossa candidatura a esses projetos?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Pelo menos queríamos ter a certeza de que tínhamos condições de poder ir a jogo ou de podermos candidatar-nos aos concursos. Não sendo eles tantos assim e implicando, normalmente, que as empresas se agrupassem, quem é que tendencialmente se agrupava? Quem tivesse alvarás. Quem tivesse alvarás novos, provavelmente, juntava sinergias, complementaridades e candidatava-se. Quem não tinha, no fundo, acabava por ficar numa segunda ronda e num papel mais, se calhar, de subempreiteiro do que, propriamente, de líder a nível de ACE. Tendencialmente era assim.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — A vossa perspetiva era tomarem a liderança destes projetos de obras públicas. Então, com esse objetivo ambicioso, com esses grandes projetos, o natural seria haver algum contacto com o poder político, no sentido de garantir ou, pelo menos, de procurar perceber se fazia sentido fazer esse investimento. Alguma vez houve algum contacto político nesse sentido com algum decisor político?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não, porque aquilo que normalmente se faz — e o Sr. Deputado sabe-o tão bem como eu — é as empresas agruparem-se, identificarem um líder e, depois, é o líder a fazer essa ponte.

De forma que, enfim, os cenários, depois, é que iriam dizer quem é que iria ser o líder e quem iria ser o interlocutor.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Portanto, os senhores lançam-se neste investimento tão grande para uma empresa cujo principal ativo do vosso interesse eram os alvarás, mas nunca tentaram obter sequer alguma garantia, do ponto de vista político, de que, pelo menos, esses projetos iam avançar. Portanto, nunca houve um contacto, nem com um primeiro-ministro, nem com um ministro, sobre essa matéria?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não, as empresas de construção regem-se pelas associações. E, relativamente às associações, o que o *Diário da República* diz ou aquilo que o plano de investimentos — e, neste caso, de infraestruturas — identifica, em termos de orçamento, para cada ano, é aquilo que é expectável sair, é expectável lançar. E, obviamente, as empresas preparam-se antes. E preparam-se antes, munindo-se de meios, de pessoas, enfim, de agrupamentos...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — De contactos também!

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Mas os contactos, muitas vezes, até nem são precisos, porque os acontecimentos são publicados em *Diário da República*, são publicados em anúncios, no Orçamento do Estado. Quando há muitos anos — e recuamos 20 anos — se começou a falar nas concessões, as empresas tiveram de se preparar, se calhar, um ou dois anos antes, para, quando as concessões saíssem, estarem munidas de meios e de pessoas para poderem discutir isso. Portanto, o canal é o canal público. Não é preciso, numa primeira abordagem, ter acesso a quem quer que seja.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — E numa segunda abordagem?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Numa segunda abordagem, é preciso abordar empresas, sinergias, reunir os melhores projetistas e arranjar um preço competitivo. Mas isso é o mercado a funcionar.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Portanto, o que percebemos é que o vosso grupo tinha a perspetiva clara de conseguir estes grandes projetos. Para isso, precisava de alvarás e adquiriu uma empresa que tinha esses alvarás. E adquiriu-a com dinheiro emprestado por parte da Caixa e que, depois, gerou estas imparidades que agora vemos.

Portanto, é esta a situação: os senhores precisavam de alvarás e recorreram à Caixa, ao banco público, para satisfazerem essa vossa necessidade e poderem concorrer a projetos, o que, depois, afinal, não foi conseguido.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Revejo-me em quase tudo o que disse, exceto no facto de recorrermos a um financiamento da Caixa. Assumimos compromissos que outros tinham, até ali, para com a banca — e, em particular, para com a Caixa —, de pagar, por efeito das sinergias e por efeito dos resultados que toda essa dinâmica viria a dar, no capítulo internacional e no capítulo nacional.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas já ficou aqui demonstrado que a Caixa aumentou muito a sua exposição ao vosso grupo e, portanto, não se tratou simplesmente de transferir uma dívida, mas de aumentar muito essa dívida.



Volto à questão do parecer da Direção de Gestão de Risco. Na primeira ronda, já percebemos que o aval pessoal não foi objeto de negociação, pelo menos que se lembre.

Outro aspeto mencionado no parecer da Direção de Gestão de Risco, que, recorde, era desfavorável, era que o volume do empréstimo que pediam, de 80 milhões de euros, representava 80% do volume de negócios da construtora. Confirma isto?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Da construtora Abrantina?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sim.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sim, mas quando nós fizemos o financiamento, ou seja, quando nós assumimos o papel que assumimos na continuidade daquilo que já vinha do anterior acionista, transferimo-lo para um outro ambiente do foro do Grupo Lena, que tinha uma outra escala e tinha outros negócios, que não só da construção, que eram geradores de resultados. E, pelo somatório das partes, acreditávamos que fôssemos capazes, por tudo isso, de assumir essa responsabilidade.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas o que quero perceber é mais da perspetiva da negociação e do que lhe foi colocado da parte da Caixa. Portanto, nunca ninguém da Caixa chegou ao vosso grupo e disse: «Nós não vamos aprovar um crédito que corresponde a 80% do volume de negócios da empresa. Pelo menos, não com estas garantias; precisamos de mais garantias para poder fazer um crédito de 80% do volume de negócios da empresa». Nunca ninguém da Caixa colocou esta questão ao vosso grupo?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sr. Deputado, eu não estive nas negociações no capítulo financeiro. Nunca fui à Caixa, nunca recebi ninguém da Caixa, pelo que não sou capaz de responder a essa sua pergunta.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Outro aspeto do parecer da Direção de Gestão de Risco — e pode ser que a este saiba responder — é que ressalva ainda que os garantidos são apenas o aval pessoal da família Barroca, o que, depois, como vimos, foi alterado para um aval pessoal de uma SA (sociedade anónima) e da Abrantina SGPS, estando excluída a Construtora Abrantina, a Abrantina Investimento Imobiliário e respetivas participadas. Ou seja, a garantia era da Abrantina SGPS, mas excluía a Construtora Abrantina e a Abrantina Investimento Imobiliário. Isto era assim?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não posso precisar. Sei que, efetivamente, a Abrantina tinha muitos veículos e que também tinha o veículo do imobiliário. E quando falamos da dívida da Abrantina é a dívida que contempla todos esses veículos. Mas, quanto ao peso e à forma de como é que isso, em termos orgânicos, foi discutido e arrumado, não sou capaz de lhe responder.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Então, vou fazer-lhe mais uma outra pergunta sobre o parecer da Direção de Gestão de Risco, para ver se pode ajudar-nos. Outro aspeto acerca do qual a DGR tinha dúvidas e para o qual alertou relativamente à solidez das vossas contas — e não vou fazer aqui uma leitura exaustiva sobre as reservas que tinham, mas houve um aspeto que chamou a minha atenção — foi o facto de não haver um processo de *due diligence* em relação ao grupo.

Recorda-se se alguma vez foi feito um processo de *due diligence* da parte da Caixa à Abrantina ou ao Grupo Lena?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Penso que, em relação às várias perguntas que fiz e que outros Deputados aqui fizeram, a resposta mais comum que o senhor aqui deu foi «não sei responder» ou «não sou capaz de responder».

Assim sendo, a minha última pergunta — e nem precisarei de uma terceira ronda — é esta: quem é que o senhor acha que deveria vir a esta Comissão? Ou seja, quem é que o senhor acha que, no Grupo Lena ou na empresa Abrantina, poderia estar aqui para nos responder às questões da negociação financeira? É que estas são as que nos interessa perceber.

E pergunto por nomes que considere que vale a pena virem a esta Comissão, porque, de facto, as suas respostas ajudam-nos muito pouco a compreender a situação das negociações entre a Caixa e o grupo Abrantina.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Pois, Sr. Deputado, acredite que até eu me admirei por me terem chamado, a mim. Ainda me questioneei se seria pelo facto de ser uma figura mediática. É que, na realidade, não estando eu há 10 anos no executivo do grupo, nunca tendo tido o pelouro financeiro e presumindo que o tema a falar aqui era muito da área financeira, se calhar, respondendo à sua questão, seria o presidente do conselho executivo do Grupo Lena, que exerce funções há 10 anos, a dever fazê-lo. É que, além do mais, algumas das reestruturações feitas por matéria anterior ao cargo dele, já foi ele que as assumiu no processo de reestruturação em 2011, assim como acontece na discussão do processo de reestruturação que, à data de hoje, está em curso.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Acha que ele nos vai poder dar melhores respostas do que aquelas que deu?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não garanto, mas, provavelmente, terá mais informação do que eu.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

É agora a vez do Grupo Parlamentar do PSD colocar as suas questões. Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Conceição Bessa Ruão.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Joaquim Barroca e as pessoas que o acompanham.

A minha primeira pergunta é esta: por que é que o Grupo Lena não tinha um alvará de nível 9?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, porque o alvará de classe 9 dava-se (hoje, já não sei) quando a empresa já tinha executado obra compatível com essas mesmas responsabilidades. Ou seja, eu não podia pedir um alvará de classe 9 para uma ponte de uma dimensão  $x$ , quando nunca tinha feito uma ponte dessa dimensão, nem sozinho, nem em agrupamento. Portanto, o alvará é dado de uma forma dinâmica, de uma forma evolutiva e por uma comissão que reconhece capacidade às empresas para os pedir. E nós, em muita da matéria, não a tínhamos.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Reconhece que, a partir de 2006, houve um conjunto de condições políticas e económicas que iriam determinar o acesso a esse mercado?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Desculpe, ao mercado dos alvarás?

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Ao mercado de obras de grande dimensão.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não, já antes de 2006. Já antes, quando começaram as concessões rodoviárias, em 2002, 2003. Na realidade, já antes, os planos de negócios — e todos nós somos testemunhas de que vivemos um período de investimento público e de infraestruturas acelerado — implicavam que as empresas se munissem e se unissem e que, unidas, concorressem a isso.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Só em 2007, decidiram comprar o Grupo Abrantina que já apresentava dificuldades financeiras desde 2003 e 2004. Porquê só nesta altura?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Porque quem quer crescer, tanto no capítulo nacional como no capítulo internacional — e tendo a nossa internacionalização começado em 1999 e ganho alguma dinâmica em 2002, 2003 e 2004, até por via de aquisições de empresas no estrangeiro —, e porque nós quisemos crescer, começámos não só cá mas também lá fora a debater-nos com a necessidade de termos de ter esses alvarás ilimitados porque lá fora também os exigiam. E aquilo que abordámos internamente foi um conjunto de empresas — e encahámos nesta como podíamos ter encahado noutra — que tivesse esses mesmos alvarás, para, tanto a nível nacional como a nível internacional, embora nunca com a aspiração de concorrermos a qualquer coisa sozinhos mas sempre em agrupamentos, termos esse meio e, assim, sermos desejados.

Foi por esse motivo.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Quando compraram a Abrantina, tinham a garantia da Caixa Geral de Depósitos de que iriam ter o financiamento para isso?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Já não posso precisar porque eu vi a Abrantina no capítulo em que já falei. A área financeira abordou a banca, em particular, a Caixa (e não sei se outros bancos, se não), no sentido de aferir a viabilidade para isso, área em que eu, sem fugir à questão, nunca estive. E, de igual modo, o facto consumou-se quando todas as partes, em particular a banca, se disponibilizaram para isso.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Há pouco, falou da expectativa da Caixa, quanto à concentração da dívida do BCP e da CGD relativamente à Abrantina. E a minha questão tem a ver com o seguinte: a comissão de risco de crédito pronunciou-se desfavoravelmente e a área comercial não foi envolvida. De quem era a expectativa? Era dos administradores ou era do acionista da Caixa?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Desculpe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, a expectativa de quê?

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Foi o Sr. Joaquim Barroca que falou na expectativa da Caixa quanto à concentração dos créditos do BCP e da CGD relativamente à Abrantina, assumidos por vós e, portanto, concentrados no vosso grupo.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Tenho a ideia — sem ser muito preciso, mas é a ideia que tenho — que até foi proposta da Caixa incorporar alguns

valores que pertenciam a outros bancos. Mas, volto a dizer, é a ideia que eu tenho. É que estamos a falar de algo sucedido há 10 anos e haverá naturalmente quem, melhor do que eu, saiba responder com precisão a essa questão.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Também não tem a noção de quem foi o Conselho de Administração que autorizou esta operação?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não, não tenho. Nem sei se foi o presidente do Conselho de Administração ou o Conselho de Administração ou quem quer que fosse da Direção de Gestão de Risco. Não estive nessas negociações, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Não tendo sido o Conselho de Administração, foi efetivamente o Conselho Alargado de Crédito, que reuniu três vezes para este efeito. Consegue identificar alguns dos administradores, dessa altura?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não, nunca tive qualquer tipo de reunião, nem contacto, com alguém da Caixa ou de outros bancos com esse objetivo.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — A expectativa da Caixa parece que era elevada face à urgência com que foi pedido o parecer à Direção de Gestão de Risco, dizendo esta expressamente no seu relatório, relativamente ao Grupo Lena, o seguinte: «Apresentamos seguidamente, e apenas a título de resumo, dado o reduzido tempo para a realização da proposta, uma análise simplificada, sendo que não temos contas consolidadas, não temos contas auditadas e elaboramos o nosso parecer

apenas com as contas apresentadas pelo cliente relativamente a 2005 e 2006».

Havia, ou não, uma pressa real na realização deste negócio?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não sei. Pela nossa parte, imagino que estivéssemos a trabalhar as coisas com tempo, não era questão de mais um mês ou menos um mês, mais dois meses ou menos dois meses.

Mas, com a questão, tal qual como a põe, nunca me apercebi de que houvesse pressa, ou nunca recebi qualquer *feedback* de alguém que fosse. E, nessas discussões, também nunca tive nada em que me apercebesse disso.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Era habitual haver adiantamentos de dívidas de clientes por parte da Lena Construções Investimento para a Lena Engenharia e Construções?

Era habitual haver adiantamentos por conta de dívida de clientes?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Adiantamentos dos bancos ou dos clientes?

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Dos clientes, não. Do próprio Grupo, portanto da Lena Construções Investimento para Lena Engenharia e Construções e Lena Engenharia e Construções, Madeira.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não sei. Eu sei que as empresas todas, pertencendo ao mesmo Grupo, quem gere os movimentos ou a rotação de dinheiros, não sei se é prática, se não, mas... Ou seja, quem está na área financeira e gere o dinheiro de um lado para ou outro, enfim, não era eu,



não sou eu, nem sei a nível ou a que ritmo é que se fez, ou que se faz, ainda hoje.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Esses adiantamentos de dívidas de clientes tinham ou não de estar espelhados na contabilidade, fosse na da empresa, fosse na do Grupo?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não sei. Só posso crer que estivessem e que estejam, mas não tenho a certeza. Não sei, é matéria que não domino. Nem tenho formação para isso.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — É que o parecer de risco identifica a transferência de adiantamentos de dívidas de clientes no valor de 20 milhões e 300 mil euros, operações que não estão evidenciadas nas contas do Grupo Lena. É, de facto, uma das reservas, também, que levantam à emissão de parecer favorável.

Quer queiramos, quer não, o Grupo Lena beneficiou, de 23 de maio a 27 de junho, de uma série de situações, que vou enunciar e que pedia que caracterizasse.

Houve a redução no valor das comissões a pagar; houve a redução do *spread* fixado inicialmente; houve a redução de custos de organização; de um modo especial foi suprimido o aval das pessoas da família — António Barroca, Joaquim Barroca, Maria de Fátima — e, entretanto, transferido para o aval da Casa Agrícola AVR; depois, foi alargado o período de carência de três para quatro anos; a primeira *tranche* tinha como prazo de reembolso 2011, entretanto, a situação relativamente à mora ou incumprimento tinha expressa no contrato uma especialidade — não a de cobrar a Caixa, mas podendo a Caixa cobrar, em caso de mora ou incumprimento —, uma faculdade que era deixada à Caixa; depois, existe

uma procuração com poderes irrevogáveis, que nunca foi preenchida, porque nunca foram cumpridas; há ali a fusão, no prazo de três anos, entre o Grupo Lena e a Abrantina;

Pergunto-lhe: olhando para estes benefícios todos, conseguidos no prazo de um mês, havia aqui ou não um anjo especial a protegê-los e a trabalhar por vós, a conceder-vos uma situação de favor?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não sou capaz de lhe responder. Provavelmente, isso terá uma razão e uma resposta, não sou eu que a sei dar e, como já disse, a área financeira saberá, de certeza absoluta, porque não vejo qualquer favor nessa matéria.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Sr. Joaquim Barroca, há pouco, vi que falou com alguma emoção relativamente ao trabalho, de vários anos, desenvolvido em relação à Venezuela.

O senhor é o homem que está ligado à estratégia e ao plano de negócio e, desta vez, não pode dizer que não sabe. A minha questão é: quando é que começaram as intenções negociais com a Venezuela?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Em 2002, 2003, por via do Brasil. Nós temos atividade no Brasil desde 1999. A primeira incursão que fizemos em ato institucional, para falar do tema de casas — tipo aquilo que também fazíamos no Brasil, «boa casa, boa vida», ou «casa boa vida», não posso precisar —, foi a partir do Brasil, em 2002.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Quem foi o vosso interlocutor para a Venezuela, ainda que a partir do Brasil?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Foi o gestor de negócio do Brasil.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Quem vos convidava para participar nas missões do ICEP (Instituto do Comércio Externo de Portugal), à altura, designadamente para a Venezuela?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — O próprio ICEP.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — O volume de negócios na Venezuela atingiu cerca de 1000 milhões de euros. A minha pergunta é: quem prestou as garantias para este negócio?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — A Caixa Geral de Depósitos, com a penhora de 100% do valor do adiantamento, diga-se, de igual valor à garantia. E ainda tinha um outro benefício, tinha o benefício de ter, da COSEC (Companhia de Seguro de Crédito), mais 50% da cobertura desse valor. Ficou com uma cobertura de 150% e com uma realidade que só desmobilizou isso quando o substituiu por um seguro qualquer.

Mas volto outra vez a dizer: tenho conhecimento por alto, mas, quanto a pormenores dessa matéria, é o Presidente do Conselho Executivo — porque isso já foi na *governance* do Presidente Executivo atual e do CFO — que saberá, de uma forma muito mais detalhada, explicar isso.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — É de 132 milhões e 680 400 euros o valor de exposição da Caixa Geral de Depósitos às garantias prestadas ao Grupo Lena. Este problema foi resolvido alguma vez?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não posso precisar. Sei que, como disse, o valor cativo do adiantamento que a Caixa fez era de valor superior àquele da garantia que arranjou na altura.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Deixarei as restantes questões para a terceira volta, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Grupo Parlamentar do PS, pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Constança Urbano de Sousa.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Sr. Joaquim Barroca, há bocadinho disse que a Always Special tinha sido criada há muito tempo.

Acontece que tenho, à minha frente, um contrato assinado por si — com a sua assinatura —, com o registo de 7 de outubro de 2011, que refere expressamente o seguinte: «...foram registadas alterações ao contrato de sociedade da Casa Agrícola AVR, SA, nos termos das quais esta alterou a sua denominação para Always Special, SGPS, SA, bem como o seu objeto social».

Como é que, de acordo com esse registo, existia uma sociedade que se chamava Casa Agrícola, que alterou o seu contrato de sociedade, a sua denominação social e também, naturalmente, o seu objeto social, e passou a denominar-se Always Special?

É aqui que entra, pela primeira vez, a Always Special? Já entra no processo de reestruturação e na formalização de uma das peças do processo de reestruturação da dívida, que foi uma operação sindicada, com três bancos, entre os quais a Caixa Geral de Depósitos, e a renegociação do tal contrato de 2007, em que o senhor também já participou, com a Abiber, e, no fundo, é uma modificação desse contrato de 2007, no âmbito desta reestruturação. Portanto, afinal, quando é que surge a Always Special? É que fiquei mesmo sem perceber.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Bom, se está munida desse documento, é porque, se calhar, a confusão é minha. Não é? Costumamos dizer que o escrito é que vale. O escrito é que vale.

Terá sido a AVR a comprar e depois, mais tarde, na fase de processo de reestruturação, a Always Special a substituir a AVR?

Se o documento diz isso, tenho de pedir desculpa, porque não era essa a ideia que tinha, em termos de... Enfim, são tantas coisas que, nessa matéria, enfim... Se tem esses documentos...

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Não, o que daqui decorre é a pergunta: porquê agora?

Pela alteração a um contrato que tinha sido subscrito, na altura os mutuários eram a Abiber e a Casa Agrícola, porque a Casa Agrícola e a família Barroca também eram subscritoras do mesmo contrato. Porquê?

E toda a operação de aquisição da Abiber, que, por sua vez, tinha a *holding* da Abrantina — e que, por sua vez, tinha as empresas todas do universo Abrantina —, entretanto é substituída, neste contrato de reestruturação dessa dívida inicial, de 2007, pela Always Special.

É natural que os considerandos expliquem porque é que a Always Special é agora a subscritora, juntamente com o senhor e com os seus irmãos. É que a Always Special nasce — não nasce —, é uma evolução da Casa Agrícola, que, por sua vez, passa a incorporar a Abiber, porque era a dona da Abrantina, e por aí fora. E o senhor está sempre a falar da Always Special, mas a verdade é que a Always Special não existe em lado nenhum a não ser nos processos de reestruturação desta dívida, a partir de 2013, quando se concretiza um processo longo — que correu ao longo de 2012 mas só se concretiza no final de 2013 — de reestruturação de toda a dívida do universo Lena, chamemos-lhe assim, que era composto por dois grupos, a Abrantina e o Grupo Lena, que, por sua vez, se decompunha em muitas

empresas. A Always Special aparece no âmbito desta reestruturação e só por isso é que eu a refiro. Portanto, quando é que surge a Always Special?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, quando nós, em 2010, iniciámos o processo de reestruturação, por iniciativa nossa, pode ter havido uma arrumação orgânica e, eventualmente — se calhar, até por solicitação da banca, em geral —, toda essa decisão, por sugestão ou por imposição, orgânica ou processual, tem uma razão, de certeza absoluta; mas gerida e em consonância, também de certeza absoluta, com a banca, onde eu não estive e não sou capaz de lhe indicar, de uma forma precisa, a forma, o ritmo e o motivo pelo qual foi feito.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Para si, 80 milhões de euros é muito dinheiro ou pouco dinheiro?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Para mim 1 € é muito dinheiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Se me pedissem, a mim, um aval pessoal de 80 milhões de euros, acho que me ia recordar para o resto da vida.

Em 2007, foi-lhe pedido algum aval pessoal? Ou seja, não diretamente... O seu irmão, que estava a negociar com a Caixa Geral de Depósitos, chegou a casa e disse: «Amigos, temos de subscrever um aval pessoal, porque a Caixa Geral de Depósitos nos exige 80 milhões de euros», que era o montante global contratualizado?

Lembra-se de, alguma vez, quem estava a negociar com a Caixa do vosso lado ter chegado e ter dito: «Bem, temos de dar um aval pessoal, se quisermos concretizar esta operação com a Caixa»?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu não personalizo a questão desse aval ou de outros avales. Dei tantos avales na vida e esse pode ter sido mais um. E depois pode ter sido reestruturado *a posteriori*, e depois pode ter sido substituído, todos os dias de outra forma e com outro figurino.

Todos os dias assino, todos os dias faço — fazia, hoje faço menos — , mas precisar uma coisa de há 12 anos... Há muita coisa que de que já não sou capaz de falar com a precisão com que gostaria.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Sr. Joaquim Barroca, quando a Caixa, em Conselho Alargado de Crédito, aprovou os termos do primeiro mútuo, uma das condições que aprovou foi, precisamente — e estamos a falar de maio —, que uma das garantias fosse o vosso aval pessoal.

No entanto, passadas três semanas, o mútuo regressa à reunião de Conselho Alargado de Crédito para alterar os seus termos. Além da redução dos *spreads*, que vêm a reduzir-se ainda mais passada uma semana, um dos motivos por que regressa ao Conselho Alargado foi, precisamente, para dispensar o aval pessoal, que supostamente a família se recusava a dar, de acordo com as informações, e isso até mereceu um parecer desfavorável da própria Direção de Gestão de Risco da Caixa a este negócio.

Não se recorda de alguma vez lhe terem dito «temos de dar um aval pessoal» e ter dito que não dava um aval pessoal?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não me recordo de alguma vez ter dito «recuso-me» e, sinceramente, à distância a que estamos, não me recordo de, tendo sido aconselhado ou por decisão pessoal, ter dito «não faço», «não quero.»

O Sr. **Presidente**: — É agora a vez do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, queria voltar a alguns temas que já debatemos para ter a certeza das respostas.

Volto a perguntar se alguma vez negociou com Diogo Gaspar Ferreira algum contrato de prestação de serviços ou alguma teve alguma reunião de negócios com Diogo Gaspar Ferreira?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nunca teve reuniões com ele?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E alguma vez assinou um contrato de promessa para compra de um lote em Vale do Lobo.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Intenção de promessa.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Intenção de promessa?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Exatamente.

Quer que lhe explique?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Para já, quero que me confirme que assinou.



Há pouco perguntei-lhe se alguma vez planeou ou teve intenção de comprar um lote em Vale do Lobo e disse-me que não, que não tinha dinheiro para isso. Mas está a dizer-me que assinou um contrato de intenção de promessa. Explique-me, então.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Isso tem uma história.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Tudo tem uma história.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Quando fazemos, por via comercial ou num perfil comercial, a aproximação a determinados clientes que se diz que vão investir em grandes investimentos de infraestruturas ou execução projetos, fazemos um namoro que pode não dar em casamento. E esse namoro, muitas vezes, permite-nos depois continuar em contacto, para não sermos rejeitados, para depois, se eventualmente houver obras, obras públicas, podermos também apresentar a nossa proposta.

Ou seja, segundo me foi dado a conhecer na altura, Vale do Lobo tinha um princípio: tinha um conjunto de empresas que trabalhavam em ato de propostas quase em circuito fechado, em concursos. Sinceramente, em determinada altura anunciava-se que Vale do Lobo ia ter tantos projetos e tantos investimentos, em infraestruturas ou em construção, que qualquer empresa olha para essa oportunidade de negócio e há um contacto. Na altura, aconselharam-me: «cria pelo menos um expectativa». Em atos comerciais fiz isso mas sem nunca ter a certeza, a condição ou o futuro garantido nessa matéria.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não percebi nada do que acabou de me dizer. Aliás, acho que pouca gente terá percebido. Explique-me o que é que assinou em Vale do Lobo.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Desculpe mas agora fui eu que não percebi.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Qual foi o documento que assinou em Vale do Lobo?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — A ideia de um dia poder, eventualmente, adquirir lá um lote, e nada mais do que isso.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Ideias não se assinam. Portanto, qual foi o documento que foi assinado? Foi a compra de um lote?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não, foi uma intenção.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Assinou um documento em que dizia que tinha uma intenção de talvez um dia, quem sabe, comprar um lote? É este o valor do documento que assinou?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Exatamente.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Interessante. Passamos a vida a aprender. Esta nunca tinha ouvido, mas tudo bem.

E havia um valor associado a essa intenção de compra?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não posso precisar. Sei que isso servia nitidamente só para motivos de aproximação comercial.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas teve associado algum pagamento?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não, nunca teve pagamento nem compromisso de qualquer tipo de pagamento.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nem uma garantia bancária?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Nem uma garantia bancária.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E depois de assinar esse contrato o que é que aconteceu?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não aconteceu nada.

Primeiro, não assinei contrato nenhum, certo?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Eu não sei. Repare, eu desconheço documentos assinados e com alguma validade que sinalizem a intenção de uma coisa que pode acontecer ou não. Portanto, assinou essa ideia...

O Sr. **Joaquim Barroca**: — A única coisa que assinei foi uma intenção e agarrado a essa intenção não estava mais nada, mais nenhum movimento, ...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Enviou uma carta a Vale do Lobo.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — ...nem isso teve mais nenhuma consequência.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas houve outra pessoa a assinar do outro lado?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Olhe, isto há anos era prática para com as empresas. Não posso precisar se do outro lado chegou a haver assinatura ou não. Devemos estar a falar de documentos com mais de uma dúzia de anos, se calhar, não sei.

Aquilo que efetivamente assinei foi uma intenção sem mais nada, sem qualquer tipo de movimento financeiro, sem qualquer continuidade, porque não houve continuidade, nada se realizou em prol disso.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Tinha uma intenção em Vale do Lobo, chegou a assinar uma coisa mas nunca falou com Gaspar Ferreira sobre a sua intenção de participar no negócio?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não. Como já lhe disse, estava muito longe de reunir condições para que isso alguma vez viesse a ser realidade.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É um bocadinho contraditório.

Ainda assim, pergunto-lhe se, não tendo um lote em Vale do Lobo, não tendo especial relação com Vale do Lobo, se recebeu numa conta sua dinheiro proveniente de um cliente de Vale do Lobo holandês, chamado Sr. Van Dooren?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Isso, como deve compreender e tem conhecimento, está no processo Marquês. Reservo-me, constando isso da acusação, o direito de não responder a essa pergunta.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E também não me consegue responder se alguma vez o Grupo Lena negociou diretamente com o gabinete do Primeiro-Ministro José Sócrates?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — A que propósito é que o faria?!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A propósito dos negócios na Venezuela, por exemplo, onde integrou comitivas oficiais e onde teve o apoio político do Estado para conseguir um contrato de construção.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Mas nós já incorporamos deslocações e comitivas empresariais desde que Cavaco Silva era Primeiro-Ministro.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Por isso lhe pergunto.

Repare, quem está a dar-lhe peso não sou eu. Estou a perguntar se negociou com o gabinete do Primeiro-Ministro algum negócio de construção, algum contrato, na Venezuela. Não estou a pôr nenhuma avaliação moral nisto, estou a perguntar.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Está claro que não, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nem com o gabinete dos Ministros da Economia, dos Negócios Estrangeiros, das Obras Públicas?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Mas a que propósito?! Está claro que não.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, nunca teve contactos com o Sr. Guilherme Dray? Não estou falar pessoalmente, estou a falar do Grupo Lena, no sentido de consolidar uma posição na Venezuela?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Eu posso falar por mim. Eu não.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Eu estou a perguntar pelo Grupo.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Pois, mas o Grupo são tantas pessoas. Como quer que eu possa responder por tanta gente?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E o Sr. Santos Silva?

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Não sei, não sei qual é a relação do Engenheiro Santos Silva com essa pessoa.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É que dá jeito contratar uma pessoa, que, depois, pode ter várias relações, para dizermos que pessoalmente nunca tivemos e houve sempre alguém que as teve. Por isso é que lhe pergunto em nome do Grupo Lena e não em seu nome pessoal.

O que quero saber é se o Grupo Lena, quando fez protocolos com o governo venezuelano de Hugo Chavez, ou posteriormente, se teve o apoio do gabinete do Ministro da Economia.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, relaciono-me com o Engenheiro Carlos Santos Silva desde 85, ele presta serviços desde 85. Não sei o que lhe posso dizer mais.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nada. Não pode dizer nada, na verdade.

O Sr. **Presidente**: — Pergunto se algum dos Srs. Deputados quer intervir na terceira ronda.

*Pausa.*

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, eu gostava de saber qual é a situação atual do Grupo Lena e a Always Special.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, as perguntas na terceira ronda são em conjunto.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E a pergunta é só esta, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Importa-se de repetir porque julgo que o Sr. Joaquim Barroca não tomou nota?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Gostava de saber qual é a situação atual do Grupo Lena e da Always Special e se há alguma

expetativa de virem a pagar aquilo que devem à Caixa ou não. É tão simples quanto isto.

O Sr. **Presidente**: — Não tinha percebido que era só essa a pergunta e daí a minha interpelação.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Conceição Bessa Ruão.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Joaquim Barroca, mais uns esclarecimentos no seguimento do que disse a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

Carlos Santos Silva trabalha consigo desde 1985. Ele é o maior amigo do Engenheiro José Sócrates. Era o seu consultor e o seu projetista. A minha questão é a seguinte: este triângulo, Grupo Lena, Carlos Santos Silva, José Sócrates, não foi nunca um triângulo favorável à expansão do vosso Grupo e dos vossos negócios?

Mais: relativamente ao primeiro parecer do Conselho de Risco, que foi desfavorável, em 23/05, e depois de uma decisão, em 27/06, que tem condições absolutamente mais favoráveis, face àquilo que já aqui ouvimos e conhecemos, ou seja, que o Conselho Alargado de Crédito podia contrariar e decidir contra um parecer negativo do Risco, não acha que há aqui um conjunto de situações que favoreceu a aprovação deste financiamento?

Outra questão relativamente à concorrência e a toda a gente querer fazer este financiamento.

De facto, o Grupo Abrantina não reunia condições objetivas que fossem atrativas. Tinha uma redução de atividade desde 2006, os resultados operacionais tinham sido integralmente consumidos pelos resultados financeiros, as responsabilidades por garantias prestadas atingiam 97 milhões de euros. Relativamente ao Grupo Lena, a informação tida é que



não era favorável e o facto de não estar envolvida diretamente no processo dificultava esta operação. Como é que BES, BCP e outros bancos podiam ter interesse em financiar o Grupo Lena?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr. Deputada Liliana Silva.

A Sr.<sup>a</sup> **Liliana Silva** (PSD): — Muito bom dia. Cumprimento o Sr. Presidente e todos os presentes.

Há aqui três questões que gostaríamos de ver esclarecidas, que ficaram no ar, algo que constatámos no vosso caso e que tem sido recorrente nas operações ruinosas. Há um trio que nos prejudicou a todos e que esteve nos três Conselhos Alargados de Crédito que aprovaram as condições: Santos Ferreira, Armando Vara e Francisco Bandeira. Podem confirmar se alguém do Grupo Lena tinha relações privilegiadas com estes administradores?

Alguma vez, face aos movimentos bancários nas suas contas, foi possível identificar uma transferência de 2 milhões de euros por parte de Jeroen van Dooren?

Para terminar, e acho que é uma questão que todos os portugueses se colocam, porque já disse aqui que pretende pagar as suas dívidas, ao contrário de outros, pergunto como, que esforços reais estão a ser feitos para pagar essas mesmas dívidas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Joaquim Barroca, tem até 6 minutos para responder a este conjunto de questões.

O Sr. **Joaquim Barroca**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, quando me pergunta se o Lena, hoje, tem intenções ou não de pagar aquilo que deve, obviamente que

sim. Por isso, logo em 2010, face à circunstância conjuntural, procurámos o banco, numa matéria de reestruturação...

E, com a crise que veio em 2014, voltámos a procurar o banco, justamente no contexto do processo de reestruturação, porque, por via da aceleração que fizemos e no capítulo da internacionalização, criámos contratos e compromissos com países, num contexto de dinamização de negócio, que se nos tivessem pago aquilo que nos devem hoje não estaríamos aqui. Com esse mesmo valor, que temos hoje por receber em três ou quatro mercados, regularizaríamos, com alguma tranquilidade, a dívida dos bancos.

Se falarmos de Angola, falamos de mais de 70 a 80 milhões de dólares, se falarmos da Venezuela, falamos de mais de 90 milhões de dólares, se falarmos da Argélia, falamos de resultados muito significativos e semelhantes. E, se não estivéssemos com a crise com que estamos, por via do conflito do petróleo, que fez com que, em determinada altura, esses países quase que chamassem por nós, porque tinham excesso de liquidez e assumiram contratos e compromissos connosco que até à data de hoje também não honraram... Mas acreditando nós que um dia vamos receber! Temos convicções e todos os dias trabalhamos... Também com o processo de reestruturação que neste momento estamos a discutir com os bancos, temos compromissos com todas as pessoas que connosco trabalham de que havemos de reunir condições para pagar aos bancos. É este o nosso compromisso e o nosso empenho.

Obviamente que precisamos da confiança e da motivação de toda a equipa que trabalha connosco para esse mesmo objetivo, mas não nos desfocalizamos e nunca dissemos ao banco, em qualquer momento que fosse, que não tínhamos intenção de lhe pagar. Trabalhamos, hoje e todos os dias, para isso.

Quanto à questão da triangulação, não vejo triangulação, não reconheço triangulação, não sei de que triangulação é que se fala, porque não sinto que, alguma vez, alguma triangulação trouxesse alguma mais-valia ao grupo. Pelo contrário, por uma questão mediática, ultimamente, até lhe tirou muito valor, e o tempo vai dizer de que lado é que está a razão. Mas estamos de consciência tranquila nessa matéria, eu em particular. Aquilo que posso dizer é que, que eu veja, não há aqui qualquer triangulação que tenha alavancado ou que tenha beneficiado a questão do grupo.

Na matéria dos administradores da Caixa ou de qualquer gestor da Caixa que possa, por isso, ter sido uma ajuda... volto a dizer que nunca reuni com administradores da Caixa, nunca reuni com diretores de Risco da Caixa, nunca fui eu que tratei de matéria financeira do grupo, naquilo que se reporta aos bancos e em particular à Caixa, mas também, de igual modo ou, pelo menos, por efeito e à distância, não sinto que isso tivesse trazido algum tipo de benefício ao grupo Lena. Portanto, o que digo é que continuamos convictos e todos os dias trabalhamos com o objetivo de pagar aquilo que devemos.

Por último, relativamente ao Van Dooren, como devem compreender, mais uma vez digo que, sendo matéria do processo Marquês, vão-me desculpar mas não quero correr o risco de poder vir a ser penalizado por isso.

O Sr. **Presidente**: — Terminamos, assim, esta audição.

Agradeço ao Sr. Joaquim Barroca a sua presença nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Retomaremos os trabalhos às 14 horas, com uma reunião de Mesa e Coordenadores e, depois, às 14 horas e 30 minutos, teremos a audição da tarde com o Dr. José Rui Gomes.

Está encerrada a reunião.

*Eram 12 horas e 20 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.